



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018 – 2022)

1.ª SESSAO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Delfin Neves

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Arlindo Barbosa
Alélcio da Marta
Adilson Managem

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 10 minutos.

O Plenário apreciou e aprovou o Programa do XVII Governo Constitucional, após apresentação pelo Sr. Primeiro-Ministro (Jorge Bom Jesus), nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 219.º do Regimento da Assembleia Nacional.

No debate, intervieram, além do Sr. Primeiro-Ministro, os Srs. Deputados Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD), Carlos Pinheiro (ADI), António Barros (MLSTP/PSD), Felisberto Afonso (Coligação PCD/MDFM-UDD), Abnildo d' Oliveira (ADI), Américo Pinto (MLSTP/PSD),

Danilson Cotú (Coligação PCD/MDFM-UDD), Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD), Beatriz Azevedo (MCISTP), José António Miguel (ADI), Filomena Monteiro (MLSTP/PSD), Danilson Cotú (Coligação PCD/MDFM-UDD), António Quintas (MLSTP/PSD), Amaro Couto (MLSTP/PSD) e Hélder Joaquim (MLSTP/PSD).

No encerramento, usaram da palavra os Líderes Parlamentares da Coligação PCD-MDFM/UDD, do MLSTP/PSD e do ADI, e o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 15 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Estavam presentes na sessão os seguintes Srs. Deputados:

Grupo Parlamentar da Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento d' Oliveira

Adilson Cabral Managem

Alda Quaresma da Costa D'Assunção dos Ramos

Álvaro João Santiago

Anaydi dos Prazeres Ferreira

André Varela Ramos

Arlindo Quaresma dos Santos

Arlindo Ramos

Carlos Alberto Pires Pinheiro

Carlos Manuel Cassandra Correia

Carlos Manuel Vila Nova

Carlos Wilker da Silva Augusto

Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço

Elísio Osvaldo Espírito D'Alva Teixeira

Idalécio Augusto Quaresma

Jorge Sousa Pontes Amaro Bondoso

José António do Sacramento Miguel

José da Graça Diogo

Levy do Espírito Santo Nazaré

Mário Fernando de Jesus Rainho

Milton Viegas Fernandes Lima

Olinto da Silva e Sousa Daio

Paulo Jorge Carvalho

Sebastião Lopes Pinheiro

Grupo Parlamentar do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Amaro Pereira de Couto

Américo Cardoso Soares de Barros

Américo Cravid Pereira Pinto

Ana Isabel Meira Rita

António das Neves Sacramento Barros

António Quintas do Espírito Santo

André Varela Ramos

Arlindo Barbosa Semedo

Cílio Sodjy da Vera Bandeira Pires dos Santos

Cristina Maria Fernandes Dias

Danilo Neves os Santos

Deolindo Luiz da Trindade

Eláckio Afonso da Marta

Filomena Sebastião Santana Monteiro D'Alva

Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos

Hélder dos Santos Ceita Joaquim

Jaime Pires Sequeira de Menezes

Jerónimo Lima Pires Quaresma

José Rui Tavares Cardoso

Maiquel Jacksono Espírito Santo

Manuel Vicente

Paula Maria Fonseca

Raúl do Espírito Santo Cardoso

Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD:

Arlindo Vicente de Assunção Carvalho

Danielson Alcântara Fernandes Cotú

Delfim Santiago das Neves

Felisberto Fernandes Afonso

Firmino João Raposo

Movimento de Cidadão Independente de São Tomé e Príncipe (MCISTP)
António Monteiro Fernandes
Beatriz da Veiga Mendes Azevedo

O Sr. Presidente: — Antes quero pedir desculpa ao Deputado substituto que deveria tomar posse nesta sessão, mas o processo não foi concluído em 1.ª Comissão e não está agendado. Portanto, vamos prever a tomada de posse para a próxima reunião plenária. Sendo uma reunião com um ponto único e não havendo período de antes da ordem do dia, peço aos serviços que convidem o Sr. Primeiro-Ministro e os membros do Governo para ocuparem os seus devidos lugares.

Pausa para entrada dos membros do Governo.

O Sr. Presidente: — Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Membros do Governo, bom dia. Vamos dar início aos nossos trabalhos. Trata-se de uma sessão para apreciação e aprovação do Programa do Governo. Não está previsto nesta sessão qualquer outro ponto da ordem do dia.

Vou pedir ao Sr. Secretário para esclarecer o âmbito desta sessão, partindo do artigo 218.º e os seguintes.

O Sr. Secretário (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, bom dia.

De acordo a convocatória que distribuímos, a apreciação e discussão do Programa do Governo decorre dos artigos 218.º, 221.º e 222.º do Regimento da Assembleia. Por isso, Srs. Deputados têm o Regimento, é na base desses artigos que serão conduzidos os trabalhos de debate.

O artigo 218.º faz referência à apresentação, 219.º à apreciação do Programa, 220.º ao debate, no epígrafe, 221.º à rejeição ou voto de confiança do Programa, e 222.º, eventualmente, se houver moção de censura, de rejeição, de confiança, também estabelece os trâmites para a sua discussão. Por isso, Srs. Deputados, é só consultar, a partir de 218.º a 221.º, estarão informados em relação ao debate sobre o Programa do Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Não, Sr. Secretário! É para ler os artigos 218.º, 219.º e 220.º, para os que estão a nos acompanhar saberem qual é a tramitação deste processo.

O Sr. Secretário: — Sr. Presidente, com a sua permissão, passo à leitura do artigo 218.º, reunião da Assembleia Nacional, que tem três pontos: «1. A Reunião da Assembleia para apresentação do Programa do Governo, nos termos da alínea k) do artigo 97.º da Constituição, é fixada pelo Presidente da Assembleia, de acordo com o Primeiro-Ministro.

2. Se a Assembleia Nacional não se encontrar em funcionamento efectivo, é obrigatoriamente convocada pelo Presidente.

3. O debate não pode exceder três dias de reuniões consecutivas.»

Artigo 219.º, apreciação do programa, tem dois pontos: «1. O Programa de Governo é submetido à apreciação da Assembleia, através de uma declaração do Primeiro-Ministro.

2. Finda a apresentação, há um período para pedido de esclarecimentos pelos deputados.»

Artigo 220.º, debate, tem quatro pontos, que também está no Regimento: «1. O debate sobre o Programa inicia-se findos os esclarecimentos previstos no artigo anterior ou, à solicitação de qualquer deputado, no prazo máximo de 48 horas, após a discussão do texto do Programa.

2. O debate é organizado pela Conferência, nos termos do artigo 158.º» O artigo 158.º, tempo de debate, faz referência à distribuição do tempo, proporcionalmente.

«3. Durante o debate sobre o Programa do Governo, as reuniões da Assembleia não têm o período de antes da ordem do dia.

4. O debate termina com as intervenções de um deputado de cada Grupo Parlamentar e do Primeiro-Ministro que o encerra.»

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado Sr. Secretário.

Esgotados que já foram os pontos 1 e 2 do artigo 218.º, passemos de imediato à apreciação do ponto 1 do artigo 219.º. Quero chamar atenção que a segunda parte do ponto 1 do artigo 220.º já foi igualmente esgotada.

Portanto, convido o Sr. Primeiro-Ministro a fazer a apresentação do seu Programa de Governo.

O Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo (Jorge Bom Jesus): — Eu gostaria de saudar o Sr. Presidente, por extensão, a Mesa da Assembleia.

Bom dia augusta Assembleia, cada Deputada e Deputado, em particular.

Passo, sem mais delonga, à apresentação do Programa de Governo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Excelências: As eleições de 7 de Outubro último e, sobretudo, a nomeação do XVII Governo Constitucional, no dia 3 de Dezembro do corrente ano, liderado por uma nova maioria democrática, constituída pela Coligação PCD/MDFM-UDD e o MLSTP/PSD, alteraram o panorama político em São Tomé e Príncipe, criando uma nova correlação de forças. Um ciclo fechou-se, um novo capítulo se abre e nada será como dantes.

Há uma semana, ou seja, no dia 19 de Dezembro, o XVII Governo Constitucional apresentou a situação socioeconómica e financeira herdada do anterior Governo, num debate descomplexado e aberto sobre o mau estado da Nação, em jeito de diagnóstico e radiografia do País real, um verdadeiro doente acamado nos serviços de urgência. Todavia, não está em fase terminal e pode ainda salvar-se.

De facto, o ano de 2018 está a morrer e com ele a ambição desmedida de um homem orgulhosamente só, uma legislatura de 4 anos que não deixa tantas saudades assim. Ao contrário, neste momento, o País respira de alívio, canta a liberdade e o novo ano de 2019, na vizinhança, faz renascer entusiasmo, uma nova esperança, ou melhor, a crença colectiva no futuro imediato de São Tomé e Príncipe.

Por conseguinte, a discussão, hoje, dia 27 de Dezembro, do Programa do Governo em pleno coração das festividades da quadra natalícia e Ano Novo testemunha urgência, pertinência, inconformismo e determinação, na busca de remédio, terapia de choque e solução para reverter a ingente realidade actual. Aliás, os 15 dias de governação a bombeiro permitiram já proceder ao pagamento de salário e décimo-terceiro, mitigar apagões e défice energético, com injecção de 15 megas na rede e dar início à tapagem de buracos das artérias da cidade. Queria aqui felicitar os técnicos da EMAE, que são exactamente os mesmos técnicos, só que dessa vez, mais motivados e incluídos, portanto...

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

...na realidade, o Estado da Nação apresentado cria o enquadramento necessário para a apresentação do Programa do XVII Governo, que tenho a honra de chefiar.

Queremos destacar aqui uma condicionante que ninguém pode ignorar: o financiamento das nossas necessidades como País, dependente em mais de 80% das relações com parceiros externos e recursos internos, não nos garantem uma trajectória sem sobressaltos e dificuldades acrescidas. É consciente desta realidade que o Programa se revela como uma declaração de vontade política a ser materializada nos próximos 4 anos, chamando o Governo para si a seguinte missão: por um lado, criar as condições básicas para o relançamento do crescimento económico médio, superior a 7%, gerador de postos de emprego, directo e indirecto, potenciado pelo investimento privado, pela melhoria da produção e transmissão de energia eléctrica, realização e recuperação de outras infra-estruturas capazes de produzir efeitos multiplicativos na economia e, por outro lado, reforçar a coesão social, através da melhoria da eficácia operacionalidade da acção do Estado, no sentido de resgatar e devolver dignidade à condição humana dos sãotomenses, com relevância para equidade, mais justiça social e mais programas de emergência e de reinserção social.

Esta missão traduz-se em diversos desafios, nos mais variados sectores da actividade, que só poderão ser superados num ambiente de estabilidade política e social de alargado entendimento entre as forças políticas e sociais e entre as instituições dirigentes do Estado.

Assim, perante o contexto dos desafios presentes, um novo modelo de governação deve ser assumido com as seguintes características diferenciadoras: mais inclusivo, mais dialogante, mais transparente e mais eficiente nos seus afazeres e muito mais exigente na prestação de contas e no combate à corrupção, com mais liberdade individual dos cidadãos e da comunicação social, com mais justiça social, mais equidade, formação e valorização do capital humano. Com a inclusão da diáspora no processo de desenvolvimento do País e com uma diplomacia mais actuante, para a credibilização da imagem do Estado e para a transformação de São Tomé e Príncipe num espaço de atracção turística e de negócios.

Este Programa do XVII é um compromisso inadiável para com a Nação. Funda-se na matriz identitária do nosso povo e constrói-se a partir do São Tomé e Príncipe, horizonte 2030, a visão cujo resumo, sob forma de manifesto, foi ratificado pelo eleitorado, em 7 de Outubro de 2018, e reforçou-se com as múltiplas contribuições dos sãotomenses que, pelo mundo fora, responderam aos apelos de construirmos juntos um São Tomé e Príncipe para todos, estruturado em torno de 4 eixos, a saber: aprofundamento do Estado de Direito Democrático, crescimento económico robusto e criação acelerada de emprego, melhoria da qualidade de saúde e protecção social e política externa ao serviço do desenvolvimento.

Este Programa é a bússola que irá orientar a acção governativa para o cumprimento da missão enunciada mais acima.

Sras. e Srs. Deputados, Excelências, relativamente ao primeiro eixo, aprofundamento do Estado de Direito Democrático, gostaria de enfatizar que o cumprimento deste desafio de legislatura interpela-nos para a necessidade urgente de refundação e consolidação dos pilares do Estado de Direito Democrático, com o

fito de reorganizar verdadeiramente o Estado, no seu todo, fortalecer a democracia e reforçar as instituições, no plano nacional, regional e autárquico.

Alguns princípios fundamentais determinam o entendimento sobre o Estado de Direito Democrático. Em primeiro lugar, trata-se de os governantes respeitarem os direitos individuais e colectivos, colocando a Constituição e as leis acima de qualquer autoridade. Assim, o poder político submete-se ao direito. Em segundo lugar, os governantes submetem-se ao exercício de alternância, por períodos determinados na Constituição e nas leis. Cabe ao Estado zelar pelo regular funcionamento das instituições democráticas.

Os esforços neste sentido serão em vão, se o País não tiver a capacidade de preservar a sua soberania, a operacionalidade da acção do Estado e salvaguardar a liberdade individual, a justiça social, a segurança e o bem-estar dos seus cidadãos. Esses pressupostos concorrem para uma reforma institucional, não apenas para o reforço de instituições existentes, mas também para se analisar a pertinência de novas instituições, para fazer face a novos desafios.

Sendo a Justiça um dos pilares do Estado de Direito Democrático, o Governo vê com muita preocupação a problemática da acessibilidade e proximidade da justiça aos cidadãos, da necessidade de instâncias intermediárias de recurso, bem como a análise e supervisão do desempenho dos seus principais actores. Nesta perspectiva, se torna inadiável uma reforma da Justiça precedida de um aturado diálogo com as partes interessadas e os demais órgãos de soberania. Com efeito, no âmbito da reforma do Estado, no seu todo, o Governo envidará esforços para, em concertação com os demais órgãos de soberania, concluir com êxito o referido processo, visando consolidar o Estado de Direito Democrático em São Tomé e Príncipe. Para uma efectiva consolidação do Estado de Direito Democrático, o envolvimento e a participação da sociedade civil são imprescindíveis. A auscultação e o diálogo com as diversas organizações da sociedade civil são fundamentais para a disseminação de uma cultura verdadeiramente democrática e para a promoção de uma cidadania activa. Como contributo para tal fim a comunicação social estatal deve estar sujeita a claros princípios de neutralidade e independência.

A modernização da nossa Rádio e Televisão para responder aos imperativos da era digital, que hoje se afirma como incontornável, será uma prioridade, associada ao papel do Conselho Superior de Imprensa e do diálogo com as associações representativas do sector.

Sr. Presidente, Excelências, muitos dos desafios que constam do Programa do Governo dificilmente serão alcançados sem uma verdadeira modernização da Administração Pública, no sentido da racionalização do funcionamento do Estado e das suas instituições. Pretende-se com esta racionalização dotar de eficiência e eficácia todo o aparelho governativo do País, incluindo as instituições públicas, assegurando em simultâneo que todos os seus actos e processos sejam transparentes, eficazes e céleres.

A implementação de um programa de inclusão digital, no contexto da sociedade de informação e do conhecimento, com vista a desenvolver técnicas e práticas inovadoras baseadas no conhecimento e nas novas tecnologias, enquanto suporte principal da administração, deverá levar-nos à concretização de princípio de papel zero, telefone zero, burocracia zero, através da aposta nas TIC e na inovação tecnológica.

Neste âmbito, temos em vista os projectos de loja do cidadão e do cartão do cidadão, num modelo agilizado e descentralizado de guiché único. Este processo de modernização da Administração Pública será certamente um contributo para o combate à corrupção e à impunidade que já tive a ocasião de anunciar e constituirá uma bandeira do meu Governo.

Como poderão verificar, no documento que vos foi submetido, identificamos uma série de acções e medidas que corporizam as nossas intenções.

Sras. e Srs. Deputados, a segurança nacional, no seu entendimento alargado, constitui um dos elementos fundamentais do contrato social e deve ser assumida como tarefa primordial do Estado, para garantir o processo de desenvolvimento em condições de estabilidade. O conceito estratégico de defesa, com cerca de uma década, já está desajustado no tempo. São Tomé e Príncipe tem que evoluir para conceito estratégico de segurança, no sentido lato, para abranger as componentes não militares, dentre as quais de natureza geoestratégica, para permitir a observação e interpretação da dinâmica do ambiente externo, cuja repercussão exigirá do Estado santomense a antecipação de políticas tendentes a conservar a sua paz, a sua soberania e bem-estar dos seus cidadãos. Assim, o XVII Governo Constitucional adoptará em linha com a natureza clássica do sector das Forças Armadas as seguintes medidas:

Rever o conceito estratégico de segurança nacional, no sentido de abranger as componentes, tanto militar, como não militar de defesa.

Cumprir os engajamentos assumidos no respeitante à participação activa do País em missões internacionais.

Desenvolver, com os principais parceiros estratégicos e tradicionais do País, os projectos de cooperação técnico-militar para o sector.

Assegurar, em colaboração com as autoridades competentes, a participação das Forças Armadas em acções de prevenção, fiscalização e monitorização de actividades ligadas a redes organizadas de tráfico de droga e criminalidade conexa.

Assumir a importância estratégica do mar como zona vital da Nação, dando prioridade às acções conducentes à pesquisa, monitoramento e segurança da zona económica exclusiva.

Garantir e melhorar, em parceria com países amigos, o nível da operacionalidade da Guarda Costeira no patrulhamento conjunto do mar sob a jurisdição nacional.

Promover, em acções combinadas com exército, a mobilização de todos os recursos disponíveis, visando o combate à delapidação de recursos marinhos e a poluição marítima, reforçando a mobilidade dos serviços de fiscalização das praias, com os chefes de praias e outros.

Reestruturar o sistema de informações e de inteligência militar, recolha, tratamento e partilha das mesmas.

Aumentar o nível de prontidão e operacionalidade das Forças Armadas, melhorando o nível de acomodação dos militares.

Avaliar a pertinência da Revisão da Lei de Programação Militar para fazer face aos constrangimentos da actual situação económica e financeira do País, ouvindo as instituições.

A segurança e a protecção de pessoas e bens constituem a garantia complementar da paz social, devendo o Governo assumir para o sector os seguintes desafios: promover e incutir no seio das Forças de Segurança a cultura de interacção com as pessoas, cultivando a imagem duma Polícia mais amiga do cidadão, respeitadora das suas liberdades e garantias.

Adoptar um modelo de policiamento de proximidade, cuja atitude não seja somente reactiva, mas sobretudo de educação e persuasão prevenindo e antecipando com inteligência todos os possíveis focos de tensão possíveis do uso da força.

A neutralização de desordeiros violentos deverá observar os princípios de liberdades, garantias e defesa dos cidadãos, aplicada com uma abordagem agilizada eficiente, evitando no máximo os danos colaterais.

Minhas senhoras e meus senhores, relançar o crescimento económico gerador de postos de emprego, no sentido de garantir bem-estar aos sâo-tomenses, resgatando-os das garras da pobreza extrema, constitui preocupação central do Governo, porque só um crescimento robusto permitirá alcançar os objectivos propostos.

Assim, o XVII Governo Constitucional reconhece a necessidade de dar um salto qualitativo no ciclo de produção, baseado no sector primário com baixa taxa de transformação para um novo modelo de desenvolvimento, baseado na prestação de serviços.

Neste sentido, os serviços turísticos, financeiros, tecnológicos, logísticos, associados a economia digital, serviços de entretenimentos, serviços de saúde e outros afiguram-se como potenciais galvanizadores do processo de transformação e de criação de valor, acrescidos dos recursos vindos do sector primário, mormente agricultura, pecuária, recursos marítimos e outros. Trata-se de um modelo com maior potencialidade para relançar o crescimento económico, agregar valor, aumentar rendimento e acelerar a criação de emprego.

Nesta óptica, serão activadas as incubadoras de empresas no quadro do empreendedorismo jovem e serão introduzidas exigências em matéria de inovação e competitividade, de gestão cooperativista, ou associativista, para fomentar a criação de *cluster*.

Entendido nesta perspectiva, São Tomé e Príncipe deve desenvencilhar-se do início da cadeia de valores da economia, assumindo como imperativo o desafio de promover uma educação de qualidade e excelência, qualificando os recursos humanos à altura dos novos tempos.

Torna-se, por isso, imperioso uma correcta e sustentada administração das finanças, onde a programação, orçamentação, alocação de despesas públicas, investimentos públicos sejam feitos com rigor e simplicidade. Uma política económica activa, virada para desertificação e descentralização, capaz de gerar crescimento robusto, a níveis médios anuais, superior a 7%, precisa de apoiar-se num sector privado forte e confiante, e capaz de gerar empregos.

Neste sentido, o Governo dará maior atenção à classe empresarial nacional, na qualidade de principal parceiro de desenvolvimento, de modo que os empresários possam sentir-se mais envolvidos e valorizados, e tomará medidas para facilitar a formação, instalação de empresas com vista a acelerar o processo da sua entrada em operações.

O novo modelo de desenvolvimento proposto, o turismo, assume importância destacada. O turismo de qualidade, para além das suas mais variadas vertentes, constitui um grande desafio a todos os outros sectores, tendo em conta o seu impacto transversal.

Para vencer a aposta no turismo de qualidade, o País precisa de investir na formação de educação adequada dos profissionais; na preparação e engajamento de toda a população, de toda sociedade; nas infra-estruturas básicas, adequadas; no fornecimento de energia; nas telecomunicações com qualidade e preços competitivos, em aeroportos e portos acostável, em marinas, redes rodoviárias, no ensino de línguas estrangeiras, na indústria criativa, nos serviços de saúde de qualidade e saneamento de base; nos produtos agrícolas marinhos e agro-pecuários de qualidades, no artesanato e na melhoria de acessibilidades.

Considerando que a cultura foi relegada para o segundo plano, pelos sucessivos Governos da República, considerada um sector secundário do sistema, o Governo pretende implementar uma política cultural congregadora de vontades, capacidades e experiências, para a promoção e desenvolvimento da cultura nacional, implicando e envolvendo a todos públicos e privados, numa estreita colaboração e articulação de iniciativas, de forma a criar uma eficaz estratégia de comunicação, divulgação e visibilidade à cultura sâo-tomense.

Sr. Presidente, minhas senhoras e meus senhores, o desafio de transformar São Tomé e Príncipe numa sociedade próspera, mais inclusiva, com elevados índices de emprego, onde o bem-estar seja de facto uma realidade, não se consegue sem financiamento e sem o verdadeiro estímulo ao empreendedorismo, assegurados pela promoção do conhecimento e da inovação, acompanhado da melhoria do rendimento das famílias. Logo, o maior desafio deste sector é o de geral incentivo à economia, encontrar e gerir de forma criteriosa e transparente os recursos sustentáveis, sejam eles internos ou externos, para financiar projectos públicos que alavanquem a economia, respeitando entretanto o equilíbrio macro económico.

Assim, o XVII Governo promoverá a consolidação orçamental, para melhorar a posição fiscal e reduzir a dívida pública, que deverá ser acompanhado de um nível de inflação sustentável, em linha com os indicadores da convergência nominal da zona do euro, associados à paridade cambial, capazes de promover o desenvolvimento do País. Mantendo o regime cambial, pelo qual o País fez opção em 2009, a política monetária deverá acomodar-se à âncora cambial, devendo o Banco Central de São Tomé e Príncipe, com a autonomia que lhe é conferida, zelar pelo seu cumprimento. De igual modo, deverá manter o sistema financeiro saudável, para além de impulsionar a poupança, dando maior confiança aos agentes económicos, factor indispensável ao crescimento económico.

No sector tributário, o Governo projecta uma abordagem informatizada, integrada da administração tributária, adequada ao modelo de desenvolvimento baseado na prestação de serviços.

Pretende-se um sistema de administração fiscal moderno, cuja implementação decorrerá ao longo de 5 anos. O financiamento da economia é mais sustentado se assente sobretudo em fontes internas. A criação de mercado de capitais, reduzindo a pressão sobre o crédito bancário e/ou novos instrumentos de financiamento, bem como organização e dinamização de micro finanças, é chamado a desempenhar um papel de enorme importância.

O Governo promoverá o acesso de todos os serviços financeiros, enquanto instrumento privilegiado de combate à pobreza, visando o empoderamento dos desfavorecidos por via de criação de empregos, eliminando as restrições que levam à exclusão financeira.

Para esse efeito, em estreita colaboração com os demais actores de desenvolvimento da economia nacional, uma estratégia nacional de inclusão financeira será elaborada no primeiro ano da Legislatura e implementada ao longo dos 4 anos seguintes.

Minhas senhoras e meus senhores, a agricultura é um sector estratégico para o desenvolvimento económico de São Tomé e Príncipe, atendendo que a actividade agrícola apresenta mais de 70% do emprego no mundo rural e gera cerca de 80% das receitas de exportação. Assim, o grande desafio do Governo prende-se com a modernização deste sector, de modo a atingir auto-suficiência em determinados bens alimentares, transformando a agricultura de subsistência, num modelo de agricultura moderna de grande desempenho, orientada para o mercado interno, externo, assegurando ao mesmo tempo a preservação do ambiente e saúde ambiental, promovendo a produção biológica, com recurso a produtos bio. Por isso, a evolução do sector agrícola deverá caracterizar-se pelo aumento global da produção, como permite o clima de Território Nacional e também pela melhoria da qualidade da produtividade dos produtos e sua diversificação, tendo em vista as perspectivas da sua maior transformação agro-industrial.

Com vista à diversificação das actividades económicas, o Governo vai apostar no desenvolvimento do sector da indústria transformadora, em especial no lançamento de indústrias complementares e multidisciplinares da agricultura, visando contribuir para promover a criação de novos postos de trabalho, com a respectiva formação associada, que se foquem na melhoria da balança de pagamentos e assegurem a melhor distribuição de rendimentos.

Considerando que o território marítimo do País, na zona económica exclusiva, é 160 vezes maior que a extensão em terra firme, os recursos marinhos têm que ser indispensáveis nas abordagens do desenvolvimento do País. Neste sentido, há que se reforçar nesta legislatura o papel estratégico da pesca, na produção, transformação e disponibilização de proteína animal a população são-tomense, bem como numa fonte sustentável de divisas para o País.

O reconhecido potencial do nosso mar e a sua costa, bem como a tendência internacional para o crescimento desse sector de actividade, constituem estímulos suficientes para que se passe da intenção à prática, proporcionando atracção de investimentos e criação de oportunidades de negócios e de emprego.

Este é o trilho a seguir a todos os níveis, sejam económicos, jurídicos, científicos, cultural, técnico, ambiental, geográfico, político e diplomático.

A economia azul representa um enorme potencial de criação de números postos de trabalho, e de valor acrescentado para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, gerando-se neste contexto um novo paradigma. Pelo que o Governo irá concentrar esforços, no sentido de tirar o maior proveito dos recursos aquáticos, como recurso natural e enquanto base de expansão de actividade económica, em simultâneo com a formação e qualificação de quadros nacionais, neste domínio.

Para o efeito, o Governo preconiza com apoio de parceiros, a elaboração urgente de uma estratégia e o respectivo plano de acção para o crescimento da economia azul, com vista a mobilizar recursos junto dos parceiros para sua implementação, investindo em sectores, tais como: a resiliência do oceano, o ambiente, pesca, aquacultura, a cadeia de valores dos produtos do mar, os transportes marítimos, o turismo sustentável, energias hídricas, etc.

O sector de comércio padece de vários constrangimentos. Este facto deve-se à precariedade intersectorial da economia, de uma classe empresarial pouco dinâmica e descapitalizada e de um ambiente de negócios que precisa ainda de melhorias.

Entretanto, com o novo rumo que se pretende dar ao desenvolvimento económico do País, o Governo dará uma atenção particular a matérias que se prendem com a dinâmica de exportação, através da identificação, exploração de mercados, bem como de novos acordos com os parceiros de desenvolvimento.

Considerando que o parque industrial de São Tomé e Príncipe é bastante limitado e obsoleto, deparando-se com um sem-número de dificuldades, o Governo levará a cabo uma série de medidas que visam a redução ou eliminação das referidas barreiras.

Sras. e Srs. Deputados, reconhecendo o importante e decisivo papel que as infra-estruturas, em geral, e básicas, em particular, desempenham no desenvolvimento global e sustentado de qualquer país, o Governo pautará a sua actuação, no domínio das infra-estruturas, na promoção e consolidação de um adequado sistema de infra-estruturas indispensáveis ao necessário desenvolvimento e modernização da economia são-tomense, dotadas de potencial capaz de tornar mais rentáveis os investimentos produtivos, e levando consequentemente à competitividade do sistémica da economia, ou seja, melhorando, no cômputo global, as condições de transportes, de comunicação e de fornecimento de energia, além de promover efeitos multiplicadores e dinamizadores da economia.

No âmbito do planeamento estratégico do sector, as seguintes infra-estruturas assumem urgência particular: portos acostáveis e marinas nas duas ilhas, extensão e modernização do Aeroporto de São Tomé; reforço da rede aérea de interconexão entre São Tomé e Príncipe e a sub-região e entre as duas ilhas; redes de transportes e comunicação, incluindo transportes marítimos, de pessoas e marinha mercante.

Sistema, tratamento e fornecimento de água e energia. No domínio da urbanização, o Governo pretende implementar um novo plano reitor de urbanização, contemplando a extensão e descentralização urbana, que comtemple a implantação de um conjunto de vilas rurais, visando elevar a qualidade de vida dos que residem nas antigas roças, para combater o êxodo rural e potenciar o ecoturismo. Por outro lado, será elaborado um programa de habitação social, principalmente para jovens casais, se necessário, com recurso a parceria público privada, devidamente negociada.

A produção de energia eléctrica, em São Tomé e Príncipe, é fundamentalmente térmica, ocupando a produção hidroeléctrica, apenas valores residuais, cerca de 10%, como valor de registo histórico.

O sector energético é caracterizado por uma fraca capacidade de produção, sempre por baixo da demanda, fraca estabilidade de energia, situação agravada pelas condições de operacionalidade da empresa e pelo crónico défice nas capacidades internas, para fazer manutenção e recuperação dos geradores.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Consciente desta realidade, e tendo em conta estudos já disponíveis, o Governo lançara as bases para electrificação sustentável e limpa do País. Este é o passo a dar, para que se possa perspectivar, numa base segura, o desenvolvimento equilibrado do País, explorando de forma racional os recursos hídricos e outras fontes de produção de energia limpa.

Assim, o Governo adopta as seguintes linhas de orientação para o sector, promoção e liderança da transição energética em São Tomé e Príncipe, de modo a permitir ao País recuperar os atrasos que conhece neste domínio, assegurando a migração de energia térmica a energia renovável.

Aposta clara nas energias renováveis, tanto no domínio hídrico, como eólico, não perdendo de vista a energia solar, aproveitando deste modo a redução de preço da tecnologia fotovoltaica, seja em plataforma ou offshore.

Incentivo à eficiência energética, nas residências, casas, edifícios, e demais equipamentos públicos e privados, comerciais, industriais, na sensibilização das autarquias e região autónoma, para enquanto actores frocals, dos poderes públicos, também no domínio energético, possam ser relevantes, não apenas sensibilizando com o seu exemplo, mas também apoiando as comunidades nas suas iniciativas, tendentes a optimizar o aproveitamento energético e gerando poupança individual e colectiva.

No processo de regulamentação de regras de eficiência energética, o Governo regulamentará também o processo de inspecção de equipamentos eléctricos, de acordo com o padrão internacional, uma vez que o País tem sido invadido por equipamentos eléctricos de baixa qualidade, que para além de gastar mais energia, devido ao aquecimento, acabam por explodir e causar incêndios, como é caso de muitos cabos eléctricos vendidos na nossa praça.

Excelências, São Tomé e Príncipe tem grande potencial em recursos hídricos e estes constituem um dos principais factores de facilidade socioeconómica, e de qualidade de vida das populações.

Por isso, este Governo aposta no aumento da taxa de acesso da população aos sistemas colectivos, de abastecimento da água potável, passando pela melhoria da qualidade da água e do saneamento do meio, de forma a contribuir para um nível superior da qualidade de saúde das populações, promovendo assim a eliminação das doenças de origem hídrica e de outros constrangimentos sociais.

Pela sua relevância, o Governo congregará esforços, para que no plano nacional sejam criadas mais estações de tratamentos, e distribuição da água superficial, bem como lançar as bases para a construção de diques de retenção de águas.

Igualmente, o Governo reforçará as capacidades de protecção, de tratamento e de controlo da água das fontes existentes, de abastecimento às populações, de maneira que estejam garantidas a quantidade da água, e concomitantemente com a recolha, transporte e tratamento adequado de todas as categorias de resíduos.

A protecção do meio ambiente deixou de ser visto exclusivamente como um custo para a sociedade. É um factor determinante de desenvolvimento sustentável, atingindo o topo da pirâmide dos factores de desenvolvimento sustentável.

Por isso, para além dos estudos de impacto ambiental, que serão exigidos na implementação de qualquer projecto de dimensão relevante, questões ambientais ligados a protecção de ecossistemas, erosão costeira, poluições sonoras, marítimas, do ar, de todas aquelas questões associadas a protecção de espécies endémicas, merecerão uma particular atenção do Governo, no sentido de regulamentar o monitoramento e fiscalização.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a educação e informação são alicerces estruturantes, essenciais, para moldar a personalidade e assegurar o progresso de qualquer nação, sendo ainda a condição básica de empregabilidade e competitividade de pessoas em idade activa.

A aposta na qualificação dos sãotomenses deve ser entendida como um instrumento fundamental para a sua valorização e transformação em capital humano, tão imprescindível ao desenvolvimento sustentado do País.

Assim, a política educativa do XVII Governo garantirá a igualdade de acesso de todas as crianças à escola pública e promoverá o sucesso educativo de todos, através da melhoria da qualidade de ensino.

Neste sentido, o Governo realizará reforma ou prosseguirá a reforma do sistema de ensino, com relevância para revisão da lei de base do sistema educativo, colocando especial atenção na elevação da qualidade do ensino e no combate ao insucesso escolar. Será feita ainda uma aposta clara na educação de pendor profissionalizante e no ensino profissional, na qualificação de adultos em idade activa e ainda na melhoria da gestão escolar.

Todas essas preocupações estão traduzidas em medidas concretas no Programa, para as quais chamo particular atenção de Vossas Excelências.

Quero referir-me, no entanto, ao ensino superior, pela importância que vai ganhando no nosso país.

O grande desafio deste sector prende-se com a melhoria da qualidade de formação, sua competitividade e internacionalização.

O Programa contempla medidas, visando, por um lado, o reforço das políticas de regulação das instituições e cursos, visando a qualidade, nomeadamente, através da acreditação e avaliação independentes e, por outro lado, adequar a oferta formativa de qualidade, quer quanto à diversidade da procura, quer quanto às necessidades do País, em quadros altamente qualificados.

Pretende-se ainda investir no ensino politécnico, em cursos de especialização tecnológica e outras formações de curta duração, com saída profissional, e incentivar a investigação e a extensão universitárias. A avaliação das instituições do ensino superior e a implementação efectiva dum serviço de inspecção afiguram-se urgentes, no quadro da busca da qualidade do ensino que todos desejamos.

Ainda neste quadro, a institucionalização de um conselho nacional do ensino superior poderá contribuir para a promoção de sinergias internas, que proporcionam a adequação dos objectivos da educação superior às necessidades sobretudo do mercado de trabalho nacional.

Sras. e Srs. Deputados, ter uma sociedade maioritariamente jovem não é um problema, mas sim uma grande oportunidade e uma grande perspectiva para o futuro de São Tomé e Príncipe.

O grande desafio do Governo é formar, preparar e orientar os jovens, para que estes possam se enquadrar, com sucesso, no desenvolvimento socioeconómico do País. Este desafio deverá ser conseguido a médio prazo, com a dinamização do tecido empresarial, orientando para um novo círculo económico. Neste âmbito, torna-se inadiável criar um programa de fomento do empreendedorismo, incluindo apoio às incubadoras de empresas, de modo a lhes permitir a entrada no novo quadro de desenvolvimento, onde a formação, o emprego, o auto-emprego e a habitação deixem de ser o maior problema da juventude.

Devido à transversalidade dessas questões, elas estão regularmente acauteladas nos diferentes eixos do presente Programa.

Para o XVII Governo, o desporto é uma ferramenta para o desenvolvimento juvenil e sustentável e um instrumento para lidar com os grandes problemas sociais que afectam a juventude em São Tomé e Príncipe, pois o desporto movimenta e une as pessoas. Ele contribui para a saúde física e mental de crianças e adolescentes, traz prazer e ensina valores, como jogo limpo, espírito de equipa, tolerância e compreensão.

Sras. e Srs. Deputados, o direito à saúde faz parte integrante dos direitos sociais e visa alcançar não apenas a igualdade formal, mas também a igualdade material no acesso aos cuidados de saúde. O direito à saúde por si é um mecanismo que permite evitar a pobreza ou o seu agravamento, promove a paz e a inclusão social e potencia o crescimento económico e o desenvolvimento do País. Este direito está

consagrado na Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe e compreende os princípios de universalidade de cobertura, equidade de acesso aos serviços, solidariedade no financiamento.

O Governo entende que o Estado tem a obrigação constitucional de garantir o direito à saúde para todos e o dever de promover. Nesta conformidade, o Executivo vai assegurar o funcionamento do sector público, promover a prestação de cuidados promocionais preventivos, primários e especializados públicos e regulamentar a iniciativa privada.

Assegurar uma forte política social no sector da saúde, de forma a dar resposta ao princípio da universalidade da cobertura da equidade do acesso e da solidariedade do financiamento. Esses princípios serão regidos e orientados pelos conceitos de boas práticas assentes na pertinência, eficácia, eficiência, transparência, coordenação, complementaridade e controlo parlamentar. As normas de boa gestão de responsabilização e de valorização de recursos humanos serão transversais no sector. A racionalização dos custos com a saúde não deverá impedir o acesso gratuito a pessoas vulneráveis ou em situação de vulnerabilidade temporária que não tenham condições para participar com os custos de saúde. Nestes termos, o Governo propõe, no âmbito do seu Programa, entre outras medidas, o seguinte:

Zelar pela requalificação e desenvolvimento do Hospital Dr. Ayres de Menezes, visando a adopção do País de uma maior e melhor capacidade de assistência na especialidade e cuidados secundários, melhoria da gestão, equipamento e apetrechamento do referido hospital.

Apoiar e reforçar a prestação de pacote integrado de cuidados promocionais preventivos e primários em todos os distritos sanitários, em São Tomé e na Região Autónoma do Príncipe, promovendo desta forma os cuidados de proximidade e o aumento da eficácia e eficiência do sistema.

Retomar a prestação periódica de cuidados especializados nos distritos e na região Autónoma do Príncipe, promovendo com esta abordagem mecanismos de rastreio nacional, em determinadas patologias, e a consequente orientação dos utentes para uma assistência atempada.

Promover todas as potencialidades da telemedicina, para permitir o apoio na especialidade, especialmente naquelas que não existem no País.

Manter e reforçar, com todos os meios possíveis, os vários eixos necessários, para os programas de luta contra as doenças transmissíveis, especialmente contra o Paludismo, HIV/Sida e Tuberculose.

Prestar uma especial atenção aos programas nacionais de saúde sexual e reprodutiva e da luta contra as doenças não transmissíveis, reforçando as suas diversas componentes, com vista a melhorar os indicadores sanitários do País e capitalizar o seu impacto positivo no desenvolvimento humano económico.

Criar um programa nacional orientado para portadores de incapacidades ou deficiências, em estreita colaboração com a previdência social, outros ministérios, nomeadamente de Emprego e Formação, como o da Educação, para promover a sua capacitação plena, integração e inclusão na sociedade.

Valorizar os profissionais de Saúde, em termos qualitativos, incrementando a sua motivação, através da capacitação e formação especializada, no País e no estrangeiro.

O executivo procurará ainda formas devidamente ponderadas de atrair o IDE ou a ajuda de parceiros para a construção, equipamento e funcionamento de uma unidade hospitalar de referência regional no País, como forma de fornecer garantia adicional, aos sãotomenses e aos nossos visitantes, de uma prestação de saúde de excelência.

Sr. Presidente, Excelências, o Governo reputa de capital importância a reforma do Sistema de Segurança Social. Nesse processo de reforma, o Governo vai praticar uma política de maior coesão social, no sentido de aumentar também a pensão mínima. Será igualmente estudada e ponderada a possibilidade de aumento opcional da idade de reforma, como forma de melhorar a sustentabilidade do sistema.

Em estreita articulação com os parceiros sociais, a Segurança Social será repensada no sentido de torná-la mais transparente, eficiente e próxima dos cidadãos. Os serviços públicos serão instruídos para, nos termos do artigo 32º do Decreto-lei n.º 25/2014, pagar por adiantamento todos os subsídios, especialmente às grávidas e aos doentes, fazendo posteriores encontros de conta com a segurança social.

O Governo dedicará uma atenção especial a recuperação da dignidade humana, pautando por execução de programas de assistência social para a defesa e protecção dos direitos dos mais excluídos, através do apoio às mães, crianças e idosos desprotegidos e em extrema pobreza, e do incentivo ao voluntariado em áreas sociais. Fundamentalmente, o Governo vai implementar o rendimento mínimo de inserção social (RMIS), para pessoas ou famílias mais vulneráveis. O RMIS terá uma coordenação multisectorial, envolvendo as finanças públicas, o ministério de tutela, órgãos autárquicos e regional e representantes da sociedade civil ilegíveis.

Sras. e Srs. Deputados, como tive a ocasião de sublinhar no início desta intervenção, ultrapassar os problemas inadiáveis que o País enfrenta pressupõe um conjunto de desafios para os quais, pela sua magnitude e transversalidade, não será de modo algum possível uma solução exclusivamente interna.

Com esta compreensão dos factos e respeitando os preceitos constitucionais, a política externa da República Democrática de São Tomé e Príncipe deve, em consonância com as aspirações nacionais, os objectivos de desenvolvimento sustentável e agenda 2063 da União Africana, visar a preservação da soberania nacional, a promoção e defesa dos interesses do País e da Nação sãotomense, com particular importância para os da diáspora, estabelecimento e o reforço de parcerias estratégicas para o desenvolvimento, a promoção da imagem externa do País, a participação activa no concerto internacional

para a promoção do bem-estar e da dignidade humana, da paz, da segurança e da estabilidade à escala mundial.

O Governo, ciente das geo-potencialidades do País, propõe-se prosseguir os objectivos supra alavancados, com recurso permanente à concertação estratégica com o demais órgãos de soberania, parceiros de desenvolvimento e organizações da sociedade civil, com projecção na área temática de relações internacionais, onde à diáspora, enquanto extensão da são-tomensezade no mundo, caberá um papel especial de maior conectividade e proximidade.

Finalmente, o Governo propõe-se estreitar relações com sentido estratégico vital com alguns parceiros, no sentido de fazer da cooperação internacional um instrumento complementar de progresso económico e social do País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este Programa traduz a vontade política e a determinação de tudo fazer para criar um São Tomé e Príncipe para todos. Humildemente, reconhecemos que nem todas as soluções, medidas e propostas darão os frutos desejados. Podem nos faltar recursos variados e as condicionalidades da nossa condição de pequeno país insular em desenvolvimento altamente dependente do exterior podem constituir-se como sérios obstáculos, mas nada disso nos retira as responsabilidades que assumimos em consciência. Cremos firmemente que é possível reverter a presente situação e criar um país melhor para todos. Sabemos que não estamos sozinhos nesta crença e queremos contar com a boa vontade de todos, em primeiro lugar, dos partidos que sustentam o Governo, mas também com o contributo patriótico da oposição...

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Queremos contar com todos os nossos compatriotas residentes e aqueles que na diáspora alimentam o sonho de um país próspero, depositário da nossa ideia de Nação em permanente construção e com um destino comum.

Queremos contar com todos aqueles que elegeram São Tomé e Príncipe como lugar para realizar qualquer propósito de vida.

Queremos contar com o apoio solidário dos nossos parceiros tradicionais e de novos parceiros.

Todos somos poucos para construir nesta terra um lugar de paz, de prosperidade e bem-estar, colectivo e individual.

Convido a todos a virem connosco neste caminho que se vai fazendo com esforço e dedicação de todos. Muito obrigado.

Aplausos do MSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Eu queria, enfim, dizer que de facto este Programa não foi construído de forma tradicional, quer dizer, em áreas como institucional, social, económica e por aí adiante. Portanto, ele está constituído, como já tive a oportunidade de vincar, em eixos interdependentes, uma espécie de espiral, para atingir os resultados. Cada eixo se divide em sectores e em acções. Portanto, é um desafio. Vários sectores concorrem muitas vezes para atingir o mesmo resultado. Verão no Programa a transversalidade, por exemplo, do sector externo. Portanto, nós dependemos em 80% do exterior, naturalmente que a nossa política externa vai sobrevoar todo o Programa.

A juventude é outra transversalidade neste Programa, e tudo o que nós fazemos é em prol desta população maioritariamente jovem...

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

...por isso mesmo, vão encontrar também a juventude diluída ao longo de todo Programa. Portanto, é só para explicar em relação àqueles que tiverem alguma dificuldade na leitura do documento, que ele está de facto construído em espiral, numa dinâmica de atingir os objectivos e resultados.

Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

Esgotado o n.º 1 do artigo 219.º, passemos de imediato ao n.º 2 de mesmo artigo, abrindo espaço de 30 minutos para eventuais pedidos de esclarecimento. Este período não conta no período distribuído para o debate. Por isso, é feito de forma aleatória. Aqueles que tiverem alguma dúvida podem usar este tempo para pedidos de esclarecimento, sem prejuízo do tempo distribuído pelos respectivos Grupos Parlamentares.

Portanto, está aberta a inscrição.

Não havendo inscrições, penso que a apresentação foi suficiente e exaustivamente clara, que retira qualquer pedido de esclarecimento...

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro, para uma intervenção.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, permita-me, antes de mais, cumprimentar a Mesa, os Srs. Deputados, as Sras. Deputadas, Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro e os restantes membros do Governo.

Gostaria de pedir esclarecimento em relação à declaração de Sua Excelência o Primeiro-Ministro, quando fez referência ao reforço institucional, tanto no plano nacional como regional e autárquico, e disse que vai, nesta Legislatura, rever e acordar sobre os níveis adequados de centralização e de descentralização. Por isso, gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro entrasse um pouco em pormenor, porque fiquei no ar em relação a essa sua ideia. Por isso, peço um pouco mais de esclarecimento.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Carlos Pinheiro. Mais intervenções, Sras. e Srs. Deputados?

Não têm mais dúvida, pedido de esclarecimento, podemos encerrar com o pedido feito pelo Sr. Deputado Carlos Pinheiro?

Passo de imediato a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não há mais questões?

O Sr. **Presidente**: — Não.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, de facto, quando vemos São Tomé e Príncipe, um micro Estado, pensamos que tudo é de fácil resolução, por ser pequeno, porque as distâncias são reduzidas. Mas sobretudo quando as populações periféricas querem tratar, por exemplo, do bilhete de identidade, eu aqui estou a ser muito terra-a-terra, de um passaporte ou de outros documentos, aí é que vemos que afinal de contas há graves problemas de comunicação. Daí toda a nossa aposta, sem falar da descontinuidade geográfica em relação ao Príncipe. Naturalmente que outros governos já tentaram, nós não vamos partir do zero, mas é preciso prosseguir na senda da descentralização e da desconcentração. O País não pode resumir-se à Capital São Tomé e Príncipe, não obstante a maior proporção da população concentrar-se na Cidade de São Tomé.

Portanto, há todo este esforço, no sentido de levarmos os serviços mais próximo das populações. É esta a nossa intenção, que certamente vamos corporizar e detalhar melhor no momento da apresentação do Orçamento, onde tudo será quantificado e devidamente detalhado. Possivelmente nesta altura verão de forma mais objetiva essa nossa intenção.

Portanto, não sei se expliquei. Dei uma explicação muito genérica.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

Esgotado o período de pedido de esclarecimento, por não haver mais inscritos, passemos de imediato ao debate, previsto no n.º 1 do artigo 220.º do Regimento.

Cada Grupo Parlamentar tem o seu tempo distribuído, a metodologia será um debate aberto. Chamo atenção a todos os Srs. Deputados, porque estamos no debate previsto pelo artigo 220.º, para não se confundir com aquilo que está no artigo 229.º do Regimento, que se trata de perguntas ao Governo.

Nós não estamos numa sessão de perguntas ao Governo, mas sim no debate do Programa do Governo, onde cada uma das Sras. e Srs. Deputados poderão intervir, pedindo que se introduza as suas ideias, partilhar as contribuições, o Governo regista e nos esclarecerá, se tomou a devida conta ou não.

Portanto, está aberta as inscrições para o debate, de acordo com o tempo já previamente distribuído.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros, para uma intervenção.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, bom dia. Aproveito a oportunidade para desejar a si um bom ano 2019.

Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, de igual forma, cumprimento e desejo um bom ano 2019, que este seja extensivo a todo povo de São Tomé e Príncipe e, em especial, a Região Autónoma do Príncipe.

Sr. Primeiro-Ministro, antes, deixe-me dar-lhe aquilo que entendo, uma nota positiva. Há pouco, quando o Sr. Primeiro-Ministro ia responder, perguntou se não havia mais questões. Vi que de facto entramos numa nova era. Tínhamos outro que fugia às questões, hoje temos um que pergunta se não há mais questões. Muito obrigado, pela sua disponibilidade. Os Deputados aqui são os representantes do povo. Pedem esclarecimentos para o povo e se temos um Chefe do Governo que está disponível, agradecemos.

Sr. Primeiro-Ministro, por causa da descontinuidade geográfica, este Programa não me chegou às mãos há tempo, mas mesmo assim deu para analisar, ler e trazer algumas contribuições. Gostaria de felicitar o Governo pela iniciativa, vou começar com aquilo que vi na página 10, «combate à corrupção e à impunidade» e por apresentar a declaração dos seus bens ao Tribunal Constitucional, porque isto, no meu

ponto de vista, é um passo muito importante, para que consigamos tirar do papel e pôr em prática a luta contra a corrupção.

Se o Governo deu esse pontapé de saída, é muito importante e a este nível a minha contribuição era de que isto não ficasse só ao nível do Governo, que fosse também extensivo aos directores e chefes dos serviços, porque se o povo lá fora sentir que existe um Governo e uma máquina que protege os seus bens, ficará tranquilo.

Em relação a esta questão de corrupção em São Tomé e Príncipe, do meu ponto de vista, existem duas verdades. Uma verdade é que ao longo dos anos tem havido alguma corrupção e nos últimos 4 anos senti que essa corrupção foi muito mais exagerada. Outra verdade é que muita gente neste país foi manchada por uma questão de interesse, por questões políticas e quando se quer atingir um determinado objectivo. Em relação a isso, acho que o Governo deve ter o maior cuidado possível, para não incorrer em nenhum desses momentos.

Não esperava outra atitude do actual Primeiro-Ministro. Foi três vezes Ministro da Educação e saiu com a sua figura limpa. Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, eu acredito que o senhor vai dar corpo a esta luta contra a corrupção e peço a todos os membros do Governo, aos directores, aos chefes de serviços, a toda gente que colaboremos nesta luta. Para salientar que é importante, Sr. Primeiro-Ministro, porque hoje temos um povo muito atento a isso e muito mais.

Na Legislatura passada, tenho que felicitar os Deputados que diziam isso, embora não soubessem que o cenário seria ao contrário. O Sr. Deputado Abnildo, bem como o Sr. Deputado Levy, que não está cá, diziam que «o povo de hoje não é o povo de ontem». De facto, o povo de hoje não é povo de ontem. Eles provaram isto nessas eleições que passaram. Eu transmito ao Governo que, de facto, o povo de ontem não é povo de hoje, portanto, temos que ter atenção e governar a favor do povo.

Por isso, felicito o Governo por esta ideia de luta contra a corrupção.

Outro ponto em que queria intervir muito rapidamente, nas páginas 15 e 16, «fortalecer o sector privado». De facto, Sr. Primeiro-Ministro, isto é uma medida que o Governo tem que avançar. O sector privado, nestes últimos 4 anos, morreu. Quem não foi à falência está à beira da falência. É necessário que o Governo arranje mecanismos para reactivar essas empresas, que ajudam muito também o Governo a resolver a luta contra o desemprego e muito mais.

Há outra questão que eu queria dar a minha contribuição, que é as infra-estruturas, particularmente quando fala do porto acostável. De facto, isto é uma medida que vem ajudar a resolver um problema que há dias eu estava aqui a confrontar o Governo, que é o problema da ligação marítima. Quero aproveitar aqui a oportunidade para agradecer ao Sr. Primeiro-Ministro e a todo o membro do Governo, Ministro da Presidência, com quem eu estava em contacto directo, que ajudou a resolver o problema de evacuação do pessoal para o Príncipe, porque havendo porto acostável, o sector privado encarregar-se-á de fazer essa ligação, porque é um problema grave. Temos um Programa para 4 anos e vai vir espelhado em vários orçamentos. Há que haver prioridades e uma das prioridades que eu iria pedir ao Governo é que incluisse esta questão de ligação marítima.

Por fim, Sr. Primeiro-Ministro, no Príncipe, nós temos um problema com os bombeiros. Há uma viatura dos bombeiros, mas neste momento, se houver um incêndio, não haverá como combatê-lo, porque o carro que foi para lá não está em condições. Já houve incêndios lá que os bombeiros não conseguiram subir, toda gente conhece o fogo e sabe como é. Portanto, são as contribuições que eu queria dar, mas antes de terminar e porque também é a primeira vez que está cá connosco a nossa Ministra querida da Região Autónoma do Príncipe, queria felicitá-la, desejar-lhe bom trabalho, muitos sucessos e um bom ano.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado António Barros.

Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso, para uma intervenção.

O Sr. Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Na intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, no meu entendimento, este chamou atenção ao País, desde o primeiro trabalhador até a sociedade civil, a Assembleia Nacional, o Governo, a todas as Sras. e Srs. Deputados, para continuarmos com a paz, consenso, tranquilidade, transparência e diálogo, porque o nosso tempo já está ultrapassado, já temos 44 anos da independência e estamos atrasados no nosso desenvolvimento. Por isso, com esta explanação, comprehendi que este Governo vai fazer uma governação para todos os são-tomenses, de forma que toda gente fique a saber que vamos mudar este país dia-a-dia, encontrando os melhores dias em São Tomé e Príncipe.

Também entendi, com esta explanação, que o Governo quer um pouco de quadros do MLSTP/PSD, do PCD/MDFM-UDD e do ADI. Daquilo que eu entendi, o Governo vai trabalhar com todos os partidos políticos.

Queria dizer ao Governo que vou intervir nestes quatro capítulos, mas em primeiro lugar vou falar do meu Ministério, crescimento económico robusto e a criação acelerada do emprego. O Governo falou muito na agricultura, pesca e pecuária. É uma solução.

Gostaria de dizer ao Governo que já há muito tempo que eu não conheço o Ministério da Agricultura. O Ministério da Agricultura que tínhamos era um ministério carecido. Quero um Ministério da Agricultura como qualquer ministério em São Tomé e Príncipe, para ver se podemos alavancar este país. Gostaria de dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que eu quero uma inspecção na agricultura, pesca e pecuária, para sabermos quantos somos, quanta terra temos, quantas médias empresas temos, porque nada pode ser «imperiorizado» por ninguém. Este país terá que andar para frente.

Sr. Primeiro-Ministro, não vim dialogar muito, porque tenho poucos minutos, mas quero dizer-lhe que o País tem solução. O senhor tem muita preocupação, a economia está derrapada. Há grande derrapagem em São Tomé e Príncipe. O senhor não pode preocupar-se com a politiquice, o senhor terá que caminhar para frente, falar com o povo, esclarecer o povo. Eu peço-lhe que não faça nada sem esclarecer o povo. Este povo precisa de esclarecimento, para o seu desenvolvimento. Se for preciso ter uma escola para toda gente, de forma a irmos buscar o nosso desenvolvimento, é muito importante, mesmo escola de noite, para que este povo esteja esclarecido. É o que nós queremos.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, neste país e aqui na Assembleia, queremos alternativas, queremos contribuições, sugestões e críticas, mas críticas construtivas. Não queremos politiquices. Enquanto eu estiver cá nesta Assembleia, irei derrubar politiquices.

Obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado Felisberto.

Sras. e Srs. Deputados, estamos no período de debate.

Se não houver mais inscritos, passemos de imediato ao ponto 4 do mesmo artigo.

Há mais inscritos? A Mesa não tem nenhuma inscrição, só para inscreverem agora.

Portanto, tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira, para uma intervenção.

O Sr. Abnildo d' Oliveira (ADI): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros: Estamos ainda na quadra natalícia, celebramos o nascimento do menino Jesus, e eu gostaria de aproveitar a ocasião para reiterar os votos do Grupo Parlamentar do ADI às Sras. e os Srs. Deputados, às Sras. e os Srs. Ministros e, particularmente, ao Sr. Primeiro-Ministro, que tem o apelido Bom Jesus, e a todo o povo sâo-tomense, e desejar que 2019 seja um ano coroado de êxitos, para todos nós, e que possamos conseguir aquilo que desejamos, que é bem-estar do povo sâo-tomense.

O Sr. Primeiro-Ministro fez uma apresentação do Programa longa, antes eu gostaria de pedir a Sua Excelência o Presidente da Assembleia para ver com os serviços, no sentido de garantir-nos um chá de camomila, porque no debate ninguém pode estar nervoso, nem Deputado, nem Ministros. Portanto, é um pedido que faço à Mesa.

Sr. Primeiro-Ministro, eu quero felicitá-lo pelo Programa. O Programa tem dois aspectos, estivemos a analisar a questão da forma e a questão do conteúdo.

Quanto à forma, penso que o Programa foi feito muito à pressa. Apesar da festa, para aqueles que leram o Programa, do princípio ao fim, puderam notar gralhas, repetições de alguns trechos, a falta de uniformização. Portanto, o meu primeiro apelo é para que no final se possa fazer a última edição do Programa, porque é um documento que será exibido também para os nossos parceiros...

No entanto, houve corte de energia eléctrica.

O Sr. Presidente: — Peço ao Sr. Deputado que retome a sua intervenção.

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Sr. Presidente, num passado recente, diziam que era sabotagem, agora não sei se é a mesma coisa.

Ainda sobre o Programa, Sr. Primeiro-Ministro, eu penso que há uma evolução, pela positiva, porque já começa, através do texto, a demonstrar que, quer o Sr. Primeiro-Ministro, quer o elenco, já começa a refletir aquilo que é a governação do País e pouco a pouco vai deixando os aspectos de campanha eleitoral para trás. Esta nota é positiva.

Uma voz do MLSPT/PSD: — O Senhor não foi para avaliar. Só de graça!

O Sr. Abnildo d' Oliveira (ADI): — Verifica-se também no Programa aspectos gerais de um Programa do Governo. Na nossa opinião, muitas acções são de continuidade, como é normal em qualquer governo, traz também algo de novo, o que é óbvio, e neste algo de novo a nossa expectativa é que sejam realizados, ou seja, que sejam realizáveis, porque são várias acções.

Porque nós estamos no período de graça, Sr. Primeiro-Ministro, os 100 dias de graça, e foi pedido por si a contribuição de todos, estamos cá neste espírito e espero que o senhor receba as nossas críticas como algo de construtivo. É neste espírito que estamos cá.

De tudo quanto foi elencado, falou da questão da neutralidade, imparcialidade, a questão da corrupção, a inclusão, etc., mas gostaria de ater-me a estes três pontos.

A neutralidade, independência nos órgãos da comunicação social, é uma vontade traduzida no papel, mas, em termos de realização, o Governo já dá sinais de que está em lados opostos. Entendemos que a questão da neutralidade ou imparcialidade deve observar alguns pressupostos:

Primeiro, não vi no Programa a questão da despartidarização da Administração Pública. Se olharmos pela forma que vimos a nomear os directores, não acredito, Sr. Primeiro-Ministro que por esta via estamos a dar sinais de alguma imparcialidade ou neutralidade, porque as nomeações são por confiança política. Em São Tomé e Príncipe, os órgãos da Administração Central do Estado como também de alguns institutos e algumas empresas são de confiança política. Logo, pedir imparcialidade ou neutralidade aqui deixa muito a desejar.

É a mesma coisa que podemos falar sobre a questão da corrupção. É uma vontade e gostaria, muito sinceramente, Sr. Primeiro-Ministro, que fosse efectivada a luta contra a corrupção.

A questão de inclusão, vamos ao mesmo ponto, que é a questão dos critérios. Há uma vassoura que está a decorrer agora, para varrer os directores na Administração do Estado. Não sei se estas demissões observaram algum critério, se este ou aquele director terá tido algum desempenho menos bom, não sei. Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, vivemos no mesmo território. Sobre as nomeações das figuras que todos nós conhecemos, não sei qual foi o critério utilizado, se essas figuras vão trazer novidades, quer do ponto de vista da eficácia, quer na luta contra a corrupção. Não vou entrar em pormenor, mas como estamos numa nova maioria, associando as palavras Jesus, salvação e crença, isto vai levar-nos, se calhar, à Nova Jerusalém. Sr. Primeiro-Ministro, a nossa fé é que de facto este combate à corrupção seja efectivado, não só por palavras.

Por último, não gostaria de entrar muito em pormenores técnicos, há uma questão que me chama bastante atenção, que é a saúde, dando o benefício da dúvida. O Sr. Primeiro-Ministro insiste na questão da inclusão e valorização do homem são-tomense e dos quadros em particular. Há um sector que é a Saúde. Os quadros da Saúde, particularmente os médicos, têm serviços em qualquer parte do mundo. Como tal, temos poucos médicos especialistas no País e é necessário que todos consintamos esforços para a formação e valorização dos médicos especialistas. Gostaria de contar com o vosso beneplácito a nível de cooperação, no sentido formar mais médicos especialistas, capacitar, ajudá-los a actualizar seus conhecimentos, porque é um sector sensível que todos precisamos.

Isso nos remete à questão de Saúde para Todos, que é um projecto que está cá há muito tempo. Todos os projectos têm um horizonte temporal, poderá chegar ao fim, e sobre isso tenho uma opinião. A vinda dos médicos especialistas deve ocorrer sempre, neste quadro de cooperação com Portugal obviamente, mas o Sr. Ministro da Saúde é alguém da área, conhece o sector, seria também de bom-tom que os nossos médicos, nesses programas, pudessem ir para reciclagem, uma ou duas semanas, nesse quadro de cooperação que antecipa as várias operações que ocorrem no País, para que também possam actualizar o conhecimento, para servir melhor o País e cada cidadão que vai à busca de melhorias na saúde.

Por enquanto, é o que me ocorre.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Américo Pinto.

O Sr. Américo Pinto (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente da, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. membros do Governo, Caras e Caros Colegas Deputados, as minhas melhores saudações, desejando boas festas e um próspero Ano Novo.

Venho cá para, em primeiro lugar, felicitar o Governo, pelo trabalho que agora nos apresenta, por causa da coerência que existe entre o manifesto eleitoral, que tenho cá em mãos, e neste documento que é o Programa do Governo. Estou em crer que, com um árduo trabalho, tudo aquilo que foi prometido poderá trazer melhorias substanciais na vida da nossa população.

E quero aqui trazer alguns subsídios relativamente aos sectores da Saúde e Protecção Social. No documento que temos em mãos, foram identificados alguns constrangimentos no sector da Saúde. Dos constrangimentos aqui elencados pelo Governo, na página 49, fala de «fraco nível de humanização nas relações entre profissionais de saúde e os utentes». Eu proponho ao Governo que dê uma atenção particular a essa questão, porque eu sou profissional da Saúde e às vezes me sinto comprometido, por aquilo que vejo em alguns serviços de saúde. É preciso formar, termos especialistas, mas é preciso dar uma atenção particular ao problema da falta de humanização. Por vezes as pessoas se comportam muito mal. Eu quero aqui aproveitar para dizer que reconheço, e aproveito para felicitar os quadros da Saúde que são excelentes e são exemplares neste sentido, quero também felicitar o Governo, por aqui frisar a questão de gestão e o aprovisionamento de medicamentos equipamentos, reagentes e matérias. Temos problemas sérios. De vez em quando, confronto-me com situações que me deixam muito triste, no meu país. Vai-se ao Fundo Nacional de Medicamentos, a farmácia mãe do País, não há aspirina, não há medicamentos básicos, não há digoxina. Como que um doente com insuficiência cardíaca sobrevive sem medicamentos básicos,

nestas situações? É preciso dar uma atenção muito particular à questão de gestão de medicamentos e reagentes.

Ainda há pouco, uma grávida saiu da consulta e passaram-lhe alguns exames...

Interrupção da sessão, devido a avaria no microfone do púlpito.

O Sr. Presidente:— Srs. Deputados, superada a avaria constatada no microfone, vamos retomar os nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Américo Pinto, para prosseguir com a sua intervenção.

O Sr. Américo Pinto (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, felicitações ao técnico que nos apoiou para ultrapassar este problema.

Conforme vinha dizendo, uma farmácia no centro da cidade, uma farmácia pública, que presta serviço a uma população considerável, não tem condições para fazer um exame de glicemias, para se determinar o nível de açúcar que a pessoa tem no sangue. Isto é um exemplo, mas ao nível dos distritos sanitários também não fogem à regra. Isto é altamente preocupante, porque é uma das primeiras análises que se deve recorrer, em situação de mal-estar, para que o médico depois possa se posicionar e saber o que fazer. Queria partilhar esta grande preocupação, porque isto põe em risco a vida de muita gente, tanto nacionais como estrangeiros.

Na página 51, a alínea b), na última frase diz: «a racionalização dos custos com a saúde não deverá impedir o acesso gratuito de pessoas vulneráveis ou em situação de vulnerabilidade temporária, que não tenha condições para participar com os custos da saúde.». Trabalho há muitos anos e presto serviços principalmente na periferia. É na periferia onde existe mais pobreza, onde há maior número de pessoas vulneráveis. Nós temos situações de pessoas idosas, viúvas e desamparadas que padecem de doenças crónicas, as diabetes, hipertensão arterial e as pessoas nessas condições têm que fazer diariamente a medicação, e não temos a noção de quanto é que custa para o País, quando a pessoa entra em situação de ruptura de stock, não tem medicamentos para tomar, uma ou duas semanas depois a pessoa entra em crise. A ambulância tem que se deslocar para ir lá socorrer a pessoa e o doente muitas vezes tem que ser referenciado para o hospital central, e ficar internado durante vários dias. Portanto, eu acho que se fosse possível dar atenção a essa franja da nossa população, atribuindo medicamentos gratuitamente para os doentes crónicos, as pessoas que estão acima de 70 anos. Temos caso de muitos cabo-verdianos que estão entre nós, que vieram e deram tudo de si quando eram jovem, hoje estão nessa situação. Se o Governo conseguisse subvencionar ou custear as despesas com esta franja, eu creio que pouparia muito mais dinheiro, do que deixar essas pessoas entregues à sua sorte, com os custos que isso tem, com a ocupação das camas nos hospitais e a assistência que elas requerem, quando entram em situações de descompensação.

Aproveito para desejar boas festas à população sãotomense e, em particular, à população do Distrito de Caué, que me elegeu.

O Sr. Presidente:— Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. Ministras, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Presidente, gostaria de aproveitar o momento para desejar a Vossas Excelências e a todo povo das nossas ilhas um bom ano novo, e faço votos de que 2019 seja efectivamente um ano de realizações e conquistas, porque o nosso povo bem precisa.

Sr. Presidente, peço a palavra para, nesta fase, dizer poucas coisas, mas gostaria de destacar a minha preocupação com três franjas sociais que entendo que merecem a nossa devida atenção. Li o Programa do Governo, é verdade que contempla acções voltadas a esses três seguimentos, mas também gostaria de trazer a minha contribuição, no sentido de darmos uma atenção, no momento de execução deste Programa. A preocupação é com os idosos, crianças e pessoas com deficiências.

Os nossos idosos, pela própria situação conjuntural, não têm recursos financeiros. Geralmente, quando o cidadão atinge a terceira idade ou, como eu costumo dizer, atinge a melhor idade, começa a surgir problemas de saúde. Têm necessidades de assistência médica e de medicamentos, por aí adiante. Neste sentido, era importante que encontrássemos uma forma de minimizar o impacto no orçamento dessas pessoas, quanto buscam os serviços de Saúde. Ao nível da Assembleia, tentaremos contribuir em termos de legislações para tal, mas gostaria também de destacar essa necessidade.

Em relação às crianças, a mesma coisa.

As pessoas com deficiências merecem uma atenção particular, porque sofrem duas ou mais vezes. Sofrem por terem a deficiência e sofrem muita das vezes por não terem as oportunidades que pessoas que não têm deficiência conseguem ter. Neste sentido, era importante que déssemos uma atenção particular a esse grupo.

Sr. Primeiro-Ministro, há necessidade de atentarmos, não sei se isso constitui preocupação do Governo, na consolidação ou na criação de empresas públicas de rádio e televisão. Seria talvez um passo para avançarmos, no sentido de garantir a desejada neutralidade ou a desejada independência, como Vossa Exceléncia aspirou aqui, porque é difícil se conseguir numa primeira fase, mas seria um passo nesse sentido, para aí sim começarmos a avançar com a despartidarização da função pública, porque os servidores públicos estão lá para servir o País e os cidadãos, independentemente da sua filiação político-partidária. Na função pública, não se pode fazer política, é importante que o Governo garanta este aspecto.

Por último, porque estamos aqui para fazer política, eu quero partilhar convosco o meu espanto, quando vi o Líder do Grupo Parlamentar do ADI vir aqui, porque estamos mesmo em período de graça, fiquei espantado, falar da demissão dos directores. Facto para dizer ao Sr. Líder que «pimenta nos olhos dos outros é refresco», porque todos nós desta República acompanhamos o que aconteceu com o XVI Governo. Não viu no actual Governo isto acontecer, porque houve uma sessão do Conselho de Ministros que deliberou caçar, esse é o termo, uma série de directores de competência reconhecida, inclusive ao nível internacional, e outros só ficaram a saber da sua situação de demissão, quando chegaram ao posto de trabalho, no dia seguinte. Portanto, Sr. Líder, eu acho que o senhor deveria felicitar este Governo, por não ter feito daquele jeito, por ter analisado criteriosamente antes de agir. Prova disto é que ainda tem muitos directores de outro Governo em funções.

O senhor deveria felicitar por isso, e não falar dessa demissão, como se este Governo tivesse feito uma reprodução fiel daquilo que o Governo, que o senhor defendeu aqui, fez.

Desculpem-me por trazer esses aspectos assim, mas acho que temos que ser prudentes. Eu vou ser. E para não incorrer em deslize, paro por aqui. Se houver necessidade, volto.

Muito obrigado.

Entretanto, assumiu a presidência Sr. Vice-Presidente, Guilherme Octaviano.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCISTP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. Ministras, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Eu tomo a palavra, primeiramente, para agradecer ao XVII Governo Constitucional, pela apresentação do Programa, em tempo *record*, porque em menos de 1 mês apresentou o seu Programa. Por isso, apresento as minhas felicitações aos demais membros do Governo.

Gostaria de dizer que, em São Tomé e Príncipe, temos que ter urgência na tomada de decisão.

Sr. Primeiro-Ministro, eu acompanhei atentamente a sua explanação, como apresentou o Programa em eixos, queria dar a minha colaboração nestes aspectos.

Sr. Primeiro-Ministro, o senhor focou a agricultura, turismo, pescas e outros sectores, falou também da forma que podemos conseguir meios para poder cobrir o Orçamento Geral do Estado, quer a nível nacional quer internacional. Disse que cerca de 80 % do valor do OGE provém da ajuda externa. Vivendo neste país já há um bom bocado de tempo, porque nasci antes da independência, 43 anos de independência a caminho de 44 anos, hoje na nossa sociedade pessoas com 40 anos já são avós, e sendo avós já são pessoas com maturidade. A nossa independência já tem maturidade suficiente, para fazer com que possamos sair da situação em que estamos e não dependermos totalmente dos 80% da ajuda externa, que o País precisa, mas sim conseguir uma forma de baixar essa ajuda externa, pelo menos, para 50%.

São Tomé e Príncipe é um país com potencial. Para conseguirmos que a ajuda externa ao Orçamento baixe para 50%, temos agricultura, temos terra, turismo, praias, pecuária, temos todos esses serviços, onde podemos angariar meios, de forma que o custo do nosso OGE seja sustentado em 50%, com os serviços que o nosso país pode realizar.

Sr. Primeiro-Ministro, o maior distrito de São Tomé e Príncipe é o Distrito de Caué, em termos de extensão territorial. Vivendo em Caué, eu conheço de antemão os pormenores, ou seja, o potencial daquele Distrito. Temos potencial em água, em praias, na agricultura e na pecuária.

Do meu ponto de vista, como nacional, sou uma das pessoas que na legislatura passada, quando trouxe as preocupações e a solução que é mais fácil conseguirmos por nossos próprios meios, vendo as especificidades de cada distrito, houve um ministro na altura que disse que Caué não contribuiu. Isso feriu-me, porque quando alguém não vive num distrito e diz que aquele distrito não produz. Falta-lhe informação, porque não conhece o País. Se conseguíssemos andar um pouco! Muita gente pensa que São Tomé e Príncipe é o Distrito de Água Grande e o Distrito de Mé-Zóchi. Não, São Tomé e Príncipe é todo o País, desde a Região Autónoma do Príncipe, Caué, Cantagalo, Mé-Zóchi. Todos esses distritos é que formam o nosso país. Convido todos os sâo-tomenses a conhecerem São Tomé e Príncipe, de ponta a ponta. Conhecendo o País, de ponta a ponta, quando chegamos a esta Casa Parlamentar, já teremos uma visão sobre a economia, situação social, de forma que quando estivermos cá para discutir o OGE, não foquemos mais onde já tem os problemas minimamente resolvidos, em relação a outros distritos.

Muita gente pensa que criar riqueza é só onde existe grandes investimentos. Tenho conhecimento de que é mais fácil melhorar as condições de vida da nossa população, começando pelas famílias pequenas.

Comecemos nos distritos pequenos, resolvendo os problemas desses distritos e depois voltamos para os distritos maiores, porque sabemos como é. Há distritos que têm potencial, então, fazemo-lo desenvolver, e o País.

O tempo não permite, mas antes de mais gostaria de desejar um bom ano 2019 a todo o povo de São Tomé e Príncipe e, em particular, aos do Distrito de Caué.

Muito obrigado.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, Delfim Neves.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI, o Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. Abnildo d' Oliveira (ADI): — As felicitações da Sra. Deputada Beatriz Azevedo e do Sr. Deputado Américo Pinto chamaram-me atenção, e aproveito a oportunidade também para enviar um abraço caloroso lá para todo o povo de Mé-Zóchi, a população que me elegeu e fez com que eu pudesse estar cá. Não defendo só Mé-Zóchi, mas todo o povo de São Tomé, incluindo a Região Autónoma do Príncipe.

Poderia exercer o direito de resposta, mas acho que o Grupo Parlamentar do ADI, como o maior Grupo Parlamentar, tem tempo suficiente, então, decidi usar o tempo adstrito ao meu Grupo Parlamentar.

Fico feliz com a intervenção do Sr. Deputado Líder Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD, na defesa do Governo, é isso mesmo, é um dos grupos parlamentares que suporta o Governo. No entanto, fez referência a uma intervenção minha sobre a questão da nomeação e não nomeação dos directores. Sr. Deputado, não tenho vergonha da posição e da defesa que fiz aqui ao meu XVI Governo, na altura liderado pelo Dr. Patrice Trovoada. Não tenho receio disso. Fiz-lo no exercício das minhas funções. Há coisas a que não nos devemos pôr de acordo. Se estamos a falar do Programa do Governo, como propõe o XVII Governo, que é a questão da neutralidade, da imparcialidade, e o senhor também concordou na questão da despartidarização da Administração, temos que estar de acordo que a forma como vimos fazendo não é a melhor. Não nos conduz a esta independência, a esta neutralidade, porque as nomeações que vimos fazendo são de confiança político-partidária. Os nomes são discutidos nas comissões políticas, enfim. Todos somos são-tomenses, sabemos como é que são discutidos. É por esta razão que eu disse aqui ao Sr. Primeiro-Ministro, como aflora no seu Programa, não só os são-tomenses que estão cá, como os que estão na diáspora, que a Administração Pública seja despartidarizada, que seja nomeações por competências e não apenas por uma questão de cor política.

Penso que o Sr. Deputado não entendeu o alcance da minha intervenção.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. José António Miguel (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Antes de colocar a minha questão, gostaria de felicitar o Sr. Primeiro-Ministro, pelo facto de ter apresentado o seu Programa do Governo, para mim, não pela prontidão, mas pela evolução que senti, porque se compararmos, quando fez a análise sobre o Estado da Nação, e hoje quando apresenta o Programa, de facto, houve uma evolução. O Sr. Primeiro-Ministro está a dar sinais de que já está a conhecer melhor o País, não obstante algumas situações que continuam a repetir. Gostaria de dizer-lhe que teve a feliz sorte de ser xará do filho de Deus, que é Jesus, por isso, gostaria de lhe dizer que, como Jesus que é, tem pecado muito em alguns aspectos, que acho que deveria ultrapassar. Por quê? Porque o Sr. Primeiro-Ministro olha só para aspectos negativos. Pelo menos no debate sobre o Estado da Nação andou sobretudo a apontar os aspectos negativos do Governo anterior. Inclusive, na sua passagem na apresentação do Programa do Governo disse que «herdou um país doente e acamado», que de facto está com dificuldades e o senhor acha que vai conseguir com o apoio do Sr. Ministro da Saúde, a quem tenho enorme respeito e consideração, para ver se dão alta a esse doente que está acamado, acho que é essa a ideia. Gostaria de dizer-lhe que o doente não está na situação em que o senhor pinta, porque se conseguiu dar jeito em alguns grupos de geradores da EMAE. Houve alguma melhoria, porque ao contrário de Vossas Excelências, reconhecemos, pelo menos eu, que de facto há algum trabalho. Esqueceu-se também de dizer que se não houvesse um trabalho feito, com relação à melhoria da rede de distribuição de energia, seria a mesma coisa. Recuperar o gerador, mas ter um país onde a rede eléctrica não é eficiente, teríamos o mesmo problema. Por isso, foi um ganho do XVI Governo ter electrificado o País, ter feito um grande trabalho, um grande esforço, um esforço de todos nós. Electrificou-se o País, dando jeito aos geradores. Desta forma, algumas pessoas viram a situação energética melhorada. É preciso vermos isso também.

Volto a dizer que lhe posso ajudar. Quando o senhor fala da reforma no sector da Educação, por exemplo, acho que o XVI Governo iniciou uma importante reforma neste sector, logo, é continuidade.

A reforma a nível da Administração Pública é continuidade, por isso a coisa não é tão má assim, como se propõe pintar.

Há um aspecto também que gostaria de relembrar. Não tive a ocasião de fazê-lo na apresentação do debate sobre o Estado da Nação, mas vou fazê-lo agora. Tem a ver com o Programa e o manifesto eleitoral.

Não sei se se lembra, no seu manifesto eleitoral, falou da diminuição dos impostos, mas no seu Programa o que vejo aqui na página 32, salvo erro, onde fala do sector tributário, refere-se ao alargamento da base tributária. Neste palco, ainda me lembro quando se falava do alargamento da base tributária, pelo menos nesta Casa Parlamentar é automaticamente tido como um instrumento de propaganda. Os deputados, alguns estão cá outros não, falavam do alargamento da base tributária. Não sou economista, por isso perdoem-me, mas percebo um pouco disso que estou a dizer. Dizia-se aqui que o alargamento da base tributária significava ir buscar dinheiro aos motoqueiros, às palaiês, aos vianteiros, não sei qual é a leitura que o senhor faz disto, pelo menos é o que diziam. Quando o nosso governo fez aqui abordagem, com relação a esta matéria, que é extremamente importante, porque é preciso alargar a base tributária, andaram a usar o microfone da Assembleia para dizer às pessoas que iríamos buscar dinheiro às pessoas que não têm, nomeadamente as *palaiês*, os *motoqueiros*, os *vianteiros*, etc.

Por isso, peço sempre às pessoas para terem alguma responsabilidade, porque muitas vezes, enquanto estamos na oposição, dizemos determinadas coisas e quando estamos no poder sabemos que temos enormes responsabilidades.

Espero que quando o senhor tiver que apresentar o OGE e as GOP, se calhar, poderá aqui dizer como é que vai fazer para cumprir com o seu manifesto eleitoral, que é reduzir os impostos, porque a população está à espera que o senhor de facto reduza os impostos e, paralelamente a isso, cumpra os compromissos internacionais.

Por isso, digo sempre, é preciso termos os pés assentes no chão. O senhor é uma pessoa com quem tenho boas relações. No entanto, não fico sem lhe dizer isso, que é preciso termos muita atenção, porque há compromissos internacionais que, como homem de Estado, temos que respeitar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena Monteiro.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e a comitiva, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Tomo a palavra para felicitar o Sr. Primeiro-Ministro, tendo em conta o pouco tempo que teve para apresentar o Programa do Governo.

Vejo na página 4 do Programa, na parte introdutória, no ponto 2, «crescimento económico robusto» e como Deputada da Nação discordo. Falo isso por quê? Devido às dificuldades que enfrentamos e São Tomé e Príncipe é um país dependente. Pelo menos ouvi aqui, através do Sr. Primeiro-Ministro, que 80% do valor do orçamento vem de parceiros. Para mim, é melhor eliminar esta palavra, porque quando falamos de crescimento robusto, quer dizer que vamos fazer muitas coisas, e sabemos que em 4 anos não conseguiremos fazer muitas coisas.

Claro que o tempo foi muito pouco para ler e inteirar-se bem, mas apelo que, quando trouxer OGE e as GOP, se debruce um pouco mais sobre a situação da família em São Tomé e Príncipe. Falo isto porque, não obstante não estarmos ainda a discutir o OGE, tivemos a oportunidade de fazer uma visita a um dos lares no Distrito de Mé-Zóchi, a 5.^a Comissão Especializada Permanente, e deparamo-nos com situações que praticamente parece que essa gente está num país e estamos noutro. São crianças que vieram de vários distritos do País, estão acolhidas num lar e que, enfim, através dos serviços de Caritas, têm tido apoio, mas o Estado praticamente deixa a função de Estado para com essas crianças que são futuros representantes a nível do País.

Falo aqui também da despartidarização da Função Pública. Sr. Primeiro-Ministro, não siga a política do ADI. Se um técnico é competente, é bem-vindo, porque o País é nosso. Claro que as pessoas têm que entender, porque há cargos em que se tem que pôr pessoas de confiança, mas o ADI não fez isso. Mesmo se fosse chefe de departamento, se fosse do MLSTP/PSD, tinha que sair...

Uma Voz do ADI: — É mentira!

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Fizeram isso, eu sou vítima. Saí depois de 22 anos de trabalho, apenas com um telefonema. Deixo claro aqui que quando vim reintegrar, houve um deputado que disse: «tem que sair para não falar asneiras». Não sei de que asneiras eu andava a falar. Não viram a minha boa prestação.

E outra coisa que digo é que o Governo tem que fazer auditoria aos serviços. Tive boa prestação. Não quero que ninguém indique, mas estou a falar e há muitos lá a fazer coisas que não devem fazer. A auditoria deve começar desde o chefe de departamento, não só aos ministros e aos presidentes, mas também aos directores. Deve-se fazer auditoria em todos os sectores, bem como a prestação de contas, porque há muita gente aqui a fazer muito mau trabalho. Somos pobres sim, mas há recursos que deveríamos ter para fazer outras coisas. É isso que aproveito para falar e chamar a atenção do Governo.

Já agora, aproveito também para agradecer a todos os militantes, simpatizantes e não só do partido MLSTP/PSD, que confiaram em dar-me votos para estar cá mais uma vez nesta Casa Parlamentar. Quero desejar a todos e ao povo de São Tomé e Príncipe e do Distrito de Lobata, em particular, êxitos para o ano 2019.

O Sr. Presidente: — Tem palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (Coligação PCD/MDFM-UDD): — Sras. e Srs. Deputados: É para isso que estamos cá. Temos que falar e clarificar. Começo clarificando, porque creio que o Sr. Deputado Líder do Grupo Parlamentar do ADI entendeu bem o que eu disse. Do mesmo jeito que entendi perfeitamente bem aquilo que quis dizer, mas Sr. Deputado, isto realmente é uma saída. Enquanto legisladores, podemos trabalhar para criar normativos que possam ajudar o Governo a disciplinar essa questão de colocação e nomeação, mas até lá a humildade aconselha que se reconheça quando alguém faz bem. Por isso, cumprimento o Governo pelo facto de não fazer cópia daquilo que foi feito pelo anterior executivo.

E já que estou no uso da palavra, gostaria de dar uma nota ao aspecto do ensino superior, porque todos acompanhamos o sofrimento dos jovens estudantes nas nossas universidades, com atrasos sucessivos do pagamento das propinas que comprometia até no aspecto de publicação das notas e vejo aqui que o Governo tem esta preocupação. Encorajo o Governo e deixo a palavra da parte do meu Grupo Parlamentar de tudo que pudermos fazer para ajudar o Governo a concretizar este desiderato, iremos fazer.

Por fim, ouvi aqui um deputado dizer que o XVI Governo electrificou o País. Fiquei assustado, porque me deu a impressão de que antes do XVI Governo São Tomé e Príncipe era um país sem electrificação. Não sei se isso consta como verdade. De repente, quis dizer...

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Foi erro de linguagem.

O Sr. **Danilson Cotú** (Coligação PCD/MDFM-UDD): — ... que esticou fios. Levou para onde não tinha. Está bom. Estava lá para isso. Só faltou garantir a sustentabilidade em termos de distribuição, com a produção de energia. A prova disso ficou clara nos últimos tempos.

O Sr. Presidente: — Tem palavra o Sr. Deputado António Quintas.

O Sr. **António Quintas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Membros do Governo, Caríssimos Deputados, boa tarde.

Permita-me também que dirija as minhas felicitações ao Primeiro-Ministro e ao seu Governo pela apresentação do Programa ao Plenário da Assembleia Nacional. Gostaria de dizer que se introduziu a tempo, cumpriu rigorosamente o dever e penso que é por isso que o povo confiou-lhe a missão de ter os destinos e a condução do Governo do País.

Também sinto que há uma compatibilidade entre aquilo que projectou no seu prospecto eleitoral com o Programa que apresenta. Isto contribuiu para facilitar o nosso entendimento das ideias que o Governo quer aqui implementar.

No entanto, gostaria de dar algumas contribuições no capítulo que se refere ao aprofundamento do Estado de Direito Democrático.

Nesse capítulo, na página que se refere à comunicação social, creio ser a página 7, gostaria de acrescentar ou pedir ao Governo que acrescentasse o seguinte, muito embora tenha tido informações que o Governo já começou a trabalhar nesse sentido.

Tem a ver com a revisão dos acordos estabelecidos entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe e algumas rádios e televisões estrangeiras, nomeadamente a RTP, a RDP, a Voz da América e a Rádio França Internacional. Muitos desses acordos datam de mais de 10, 15 anos e julgo que a nova ordem internacional, a nova dinâmica, nos termos de comunicação social, orienta para que esses acordos sejam revistos e as contrapartidas utilizadas para o desenvolvimento dos órgãos de comunicação social nacional. Falando de órgãos de comunicação social nacional, há um consenso de que precisamos, de facto, melhorar a qualidade desses órgãos, a qualidade dos programas que são emitidos por esses órgãos. Mas também temos a consciência de que os recursos que o Estado põe à disposição ainda não são suficientes, pese embora a tentativa de se implementar as taxas de rádio e televisão.

Também acho que devemos acrescentar alguma coisa que pudesse contribuir para emergir ou para existir mais órgãos privados de comunicação social. Vivemos, em tempos atrás, numa dificuldade no pluralismo da informação e estas dificuldades tinham precisamente a ver com a inexistência de órgãos privados de comunicação social. É certo que as legislações existem, mas as taxas sim, são elevadíssimas. Por isso é que eu faço um apelo ao Governo, no sentido de, se calhar, ou rever as taxas ou encontrar mecanismos que pudessem acelerar para que o País tivesse mais órgãos privados de comunicação social.

Ainda no primeiro eixo, também salta-me à vista a questão da Administração Pública. Acompanhei atentamente as discussões que tiveram lugar, pelos Srs. Deputados que me antecederam, de diversos Grupos Parlamentares, saltou-me à vista a questão da partidarização excessiva da Administração Pública. E, sobre isso, eu gostaria de dizer que esta partidarização não tem só a ver com a nomeação dos directores. Pelo que vejo e analiso, os exemplos estão cá. Além da forma como se nomeou os directores, no passado, para além de tudo quanto se disse em relação à nossa Administração Pública, há um aspecto que eu não sei como é que o Governo vai lidar com isto. Que é a questão de nomeações excessivas em quase todos os órgãos do Estado.

Sobretudo, nas empresas públicas, meteu-se muita gente, engordou-se as empresas e muitas dessas empresas nem têm condições para suportar os seus encargos, advindos dessa partidarização. Como é que o Governo vai lidar com isto? E nesta leva, nestas nomeações, as leis e alguns regulamentos internos não foram tomados em consideração, os concursos públicos foram violados e há reivindicações em instituições que todos nós sabemos. Por exemplo, no Banco Central e noutras empresas fala-se disso. Como é que vamos lidar com isso? E algumas dessas nomeações ocorridas num momento de transição, ou seja, na semana que antecedeu à tomada de posse do Governo. Então, penso que é preciso que se encontre mecanismos para se lidar com esta questão de partidarização e que, a meu ver, algumas delas põem até em causa os compromissos que assumimos com as instituições de *Bretton Woods*, nomeadamente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Passando ao segundo eixo «Crescimento Económico e a Criação Acelerada de Emprego», eu gostaria de falar sobre o Sector de Turismo. Felicito o Governo pelo casamento que fez entre o Turismo e a Cultura. Excelente! Penso que num programa de governo é preciso haver inovação. Para mim, esta questão pode ser entendida como uma inovação. Agora, faço votos que se consiga, no quadro da governação, fazer com que, de facto, esses dois sectores se casem efectivamente, porque São Tomé e Príncipe tem que eleger o turismo como o sector galvanizador das receitas, para o desenvolvimento do País.

Eu sei que temos a Agricultura, os nossos economistas falam dos recursos petrolíferos, mas o que está mais próximo de nós são, de facto, os recursos que podem advir do Sector do Turismo. Mas é preciso que o Governo oriente o País, para que haja, de facto, um novo pensar em matéria de turismo. Não basta termos planos de desenvolvimento do turismo, se não conseguirmos, todos nós, transformar-nos em agentes de promoção da boa imagem do País. Se todos os nossos sectores não forem capazes de praticar a economia de turismo, não vamos conseguir.

E aqui também me salta à vista uma área que tem a ver com a saúde, que é a questão da sanidade, a que fez referência o Deputado Abnildo, e também o Sr. Primeiro-Ministro. Por isso, há consenso. Temos que desenhar um consenso nacional e amplo em relação a esta matéria de salubridade, porque nenhum turista quer vir a um país e encontrar a nossa feira da forma como está, encontrar os nossos mercados da forma como estão. E é uma área em que, de facto, esta questão da transversalidade do sector do turismo tem de fazer sentido. Temos que limpar o nosso país. Não sei como. Quando? Tem havido algumas iniciativas que eu considero isoladas a nível de algumas Câmaras, mas julgo que essas iniciativas não são suficientes. Temos que mobilizar e aproveitar o período de graça, para mobilizarmos o nosso país e limpar as nossas cidades. Ainda em relação ao turismo, é preciso identificar os nossos sítios turísticos, valorizá-los, as nossas cidades, as nossas localidades turísticas, valorizar e mobilizar alguns investimentos para essas áreas. Eu vejo o Distrito de Cantagalo, Ribeira Afonso, vejo o nosso parque, em Mé-Zóchi, as nossas cataratas, temos que fazer alguma coisa para que elas próprias também sirvam de fonte de receitas para o turismo. Eu estarei atento em relação a este sector, porque é o sector capaz de nos trazer a receita muito mais cedo do que o sector petrolífero.

São estas as minhas contribuições.

Muito obrigado a todos.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado António Quintas.

Chegamos à hora do intervalo, mas tenho informações de que a empresa que presta o serviço de ainda não colocou à disposição o almoço. O que deveríamos fazer neste período? Daí que proponho que continuemos até às 13:30, para dar tempo que o mantimento chegue.

Podemos prosseguir? Não sei qual é a reacção dos respectivos Grupos Parlamentares.

Sr. Líder Parlamentar da coligação, prosseguir?

O Sr. Danilson Cotú (Coligação PCD/MDFM-UDD): — Prosseguir.

O Sr. Presidente: — Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD?

O Sr. Amaro Couto (MLSTP/PSD): — Prosseguir.

O Sr. Presidente: — Sr. Líder Parlamentar do ADI?

O Sr. Abnildo d' Oliveira (ADI): — A nossa proposta é prosseguir até que as condições estejam criadas.

O Sr. Presidente: — É exactamente isso.

Portanto, tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados: A minha política é para enfrentar a economia. Eu quero dizer ao Sr. Ministro da Agricultura que nós estamos no primeiro semestre. Sendo assim, a nossa produção vai iniciar-se em Fevereiro, mas não temos produto, para assegurar a agricultura. Vamos à loja do Ministério, é um

desastre! Não temos nada! Os agricultores estão numa situação péssima, porque não temos insumos, para combater as pragas. Sabemos muito bem do abate indiscriminado de árvores e do solo que se encontra infectado com muitas pragas.

Temos que alavancar a agricultura. Peço ao Sr. Ministro que organize todos os técnicos que estão à sua sorte, os que foram afastados durante a vigência do anterior governo, o XVI, para que sejam incluídos. Nós não queremos que haja técnicos agrícolas afastados do Ministério. Vamos trabalhar, no sentido de nos organizarmos melhor. Nós temos muitas pragas que estão a nos afectar, particularmente os nossos citrinos. Muita gente cultivava citrinos: laranjeira, limoeiro, tangerineira, mamoeiro também, mas, hoje, tudo isso desapareceu totalmente, por falta de atenção.

Há uma baixa de produção e considero um desastre em São Tomé e Príncipe.

Não tenho formação no ramo agrícola, mas tenho tempo de trabalho. Somos afectados pela mosca branca, pelo rubrocinto, bakcela, cochonilha e insectos que atacam a cultura de milho.

Queremos produtos para combater as pragas, de forma a aumentarmos a produção e a produtividade.

Temos um país agrícola. Não são apenas os seres humanos que estão a morrer, também as plantas estão a ter o mesmo destino, ou seja, o passaporte definitivo.

Risos gerais.

O passaporte definitivo não é só para os seres humanos, é também para as plantas. As plantas que morreram são em maior número daquelas que existem. Com isso, não podemos aumentar a produção e a produtividade. Temos que desbravar, plantar, dar manutenção e cuidar. Se conseguirmos pôr a água na terra, vamos levar este país a melhores dias.

Sr. Ministro da Agricultura, quero saúda-lo e dizer-lhe que quero que o senhor ande e organize o sector, porque há milhares de pessoas sem emprego e há espaços que requerem ser trabalhados. Aconselho-o a fazer uma inspecção, para ver quem são as pessoas que querem trabalhar na agricultura e criar as condições para tal. As pessoas abandonaram a agricultura. E nós não podemos ter empreendimento de Estado à própria sorte. Mesmo as médias empresas, todos têm que funcionar, dando emprego às pessoas. Quem não quer, entrega.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Sr. Primeiro-Ministro, quero agradecer a todo povo de São Tomé e Príncipe e desejar boas festas e bom Ano Novo, principalmente ao povo de Lembá, que me elegeu. Apesar de ser agricultor, também sou gestor. Na Assembleia, eu represento os pequenos agricultores, os pescadores, os criadores de animais e também os médios empresários. Todos os agricultores têm que ouvir a minha voz, em todo espaço do País.

Enquanto estiver este Governo, eu darei toda minha vida, para podermos aumentar a produção e a produtividade. A minha política é alavancar este país, tirá-lo desta situação. E quem não tem amor para alavancar o País, paciência!

Eu tenho amor em alavancarmos este país.

Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Joaquim.

O Sr. Hélder Joaquim (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Em primeiro lugar, quero felicitar o Governo pela apresentação do Programa do Governo e por romper com a prática. Uma das coisas que corrompe o ser humano é a rotina. Nós estamos no mesmo lugar, fazendo as mesmas coisas. O que vamos esperar? As mesmas respostas.

O ser humano, se fizer as mesmas coisas, estará na rotina, não se desenvolve, isto corrompe-o.

Por isso, eu acho que este Governo vem quebrar esta rotina de fazer sempre as mesmas coisas. Mas como estrutura este Programa através de eixos, acima de tudo, consegue relançar a base económica deste país.

Este Governo relança a base económica, mas apresentando algumas soluções fortes, que é a instrução do ser humano, a instrução dos homens e das mulheres, a educação e, acima de tudo, como consegue fazer o casamento entre o desenvolvimento económico e a instrução, é uma coisa muito importante. Muitas pessoas, se não lerem muito bem este Programa até o fim, podem não perceber isto. É preciso que prestemos atenção, como este Governo conseguiu, digamos, coabitar o crescimento económico e a educação. Esta questão é muito importante, para o desenvolvimento do País.

Eu quero lançar uma sugestão ao Governo, concernente ao ensino superior. Além de muitas coisas que podemos fazer no ensino superior, eu queria que introduzíssemos algumas melhorias. Há uma coisa que não é novidade, que os professores do ensino superior pudesse, de 3 em 3 anos, apresentar um trabalho de investigação científica, primeiro, para valorizar e credibilizar o seu desempenho e, segundo, para enriquecer o panorama científico, cultural, histórico de São Tomé e Príncipe. Eu acredito que podemos fazer

muito com isto, porque temos grandes debilidades nas produções literárias do País. Aproveitando os professores, mestres e doutores, poderemos ir longe e enriquecer muito o nosso panorama histórico, cultural e científico.

Para terminar, eu quero desejar continuação de boas festas e boas entradas a todo São Tomé e Príncipe, em particular à população de Cantagalo, e sucessos para 2019.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. Presidente: — Não sei se o Sr. Primeiro-Ministro irá intervir nesta fase. É facultativo. Estou a perguntar-lhe, por que já não temos inscritos. Se quisesse aproveitar agora, seria ideal.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, muito obrigado.

Começo por agradecer as contribuições e várias intervenções havidas, e também para esclarecer algumas questões.

Falou-se da Rádio e Televisão, era para informar que já existe um diploma relativo à empresa de Rádio e Televisão. A empresa foi criada, creio em 2017 e, como sempre, temos essa dificuldade de implementação. Vamos revisitá-lo e fazer tudo para que se consiga concretizá-lo.

Aproveito para passar a informação de que os idosos, a partir de hoje, vão receber 3 meses de pensão. Portanto, esta informação foi dada pelo Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

Relativamente ao documento, tentei explicar a forma atípica como nós construímos o Programa, naturalmente que há *toilettes* a fazer, até porque vamos incorporar as contribuições aqui havidas e apresentar a versão final, que naturalmente vai ficar para a posteridade. Daí todo o cuidado em termos formais.

Falou-se aqui de algum optimismo na linguagem, relativamente ao crescimento robusto, mas também no documento vão encontrar educação de excelência, possivelmente vão encontrar saúde em termos de hospital de referência, enfim, com níveis internacionais. Portanto, há este optimismo, nós precisamos de sonhar, naturalmente com os pés na terra. Podemos substituir robusto por sustentado ou sustentável, mas eu queria dizer aqui que o nosso objectivo com o crescimento robusto é parar com a prática dos 4%, digamos menos de 4%. Este ano, possivelmente, o crescimento vai estar na ordem dos 3%. Portanto, isto será repetir o ciclo vicioso de pobreza e perpetuar o subdesenvolvimento. Queremos precisamente romper com esse ciclo e inaugurar o ciclo virtuoso de crescimento económico. Por isso mesmo, almejamos um crescimento na ordem de 7%. Só assim é que poderemos alavancar este país.

Bateu-se muito na tecla da corrupção. Eu já o disse, a corrupção é um flagelo, é um cancro. Acho que todos nós, sem exceção, temos que trabalhar no sentido da erradicação, se não pelo menos, enfim, da mitigação. Como se diz, mais vale prevenir do que remediar. Daí que as instituições que lidam com essa matéria, sobretudo o Tribunal de Contas, a Inspecção Geral de Finanças e o próprio Governo, devem criar mecanismos e condições, para que São Tomé e Príncipe não seja um terreno fértil, digamos, para o desenvolvimento da corrupção. É preciso atacarmos os corruptos, mas sobretudo os corruptores. Portanto, se tivermos essa abordagem holística, acho que vamos poder diminuir e desencorajar a corrupção.

Penso que de momento é o que se me oferece esclarecer.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

Portanto, não temos mais inscritos e, chegada a hora combinada, vamos suspender e retomaremos às 14 horas e 30 minutos.

Eram 13 horas e 25 minutos.

Srs. Deputados, Sr. Primeiro-ministro, Sras. e Srs. Membros do Governo, boa tarde. Vamos retomar os nossos trabalhos.

Retomou-se às 15 horas e 10 minutos.

Aquando da suspensão, já não havia Deputados inscritos, então, vamos reabrir a inscrição.

Srs. Deputados que queiram intervir nesta fase, estão abertas as inscrições.

Não havendo mais inscritos, podemos passar à fase seguinte, o ponto 4 do artigo 220º.

Peço ao Sr. Secretário que faça a leitura.

O Sr. Secretário: — Sr. Presidente, artigo 220º, debate, ponto 4: «O debate termina com as intervenções de um deputado de cada grupo parlamentar e do Primeiro-Ministro, que o encerra».

O Sr. Presidente: — Portanto, estamos na fase de encerramento, de acordo com o ponto 4, a que o Sr. Secretário fez referência.

Convido o Sr. Líder Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD, para fazer a intervenção final.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, nós temos em mãos um documento, que mereceu a devida atenção do meu Grupo Parlamentar, pelos objectivos que vimos. Entendemos a sua razão de ser e decidimos abraçá-lo, primeiro, por ele ter mostrado, de forma muito resumida, o quadro actual do País, em termos económicos, sociais e políticos, apresentando, de forma muito esquematizada, as possíveis soluções para os problemas que foram identificados.

Segundo, chamou a nossa atenção. Na página 4, temos que destacar o segundo período do último parágrafo, que diz: «Logo, os desafios que se colocam ao País não podem ser resolvidos numa só legislatura.» É um aspecto importantíssimo que chamou a atenção do nosso Grupo Parlamentar, por entendermos que o Governo não vem aqui mostrar que é detentor de uma varinha mágica, para a solução imediata de todos os males de que enfermam o País. Neste sentido, entendemos que era importante ressalvar esse aspecto, tendo em conta que, ao votarmos, estaremos a votar de forma ciente, o Governo poderá trabalhar e, claro como já dissemos aqui, contar com a nossa colaboração devida.

Portanto, Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD está aberto para poder trabalhar com o Governo, na materialização dos desideratos aqui apresentados.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Líder Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD. Convido, de seguida, o Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, para fazer a sua intervenção.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Membros do Governo, Caras Deputadas e Caros Deputados, Excelências: É mais uma ocasião para a todos saudar, desejando novamente plenos sucessos, na presente legislatura. Gostaria de desejar prosperidades a todos em 2019.

Nesta intervenção, que o Regimento me faculta, enquanto Deputado do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, no contexto de apresentação do debate do Programa do XVII Governo Constitucional, gostaria de me focalizar nas orientações que determinam as regras vigentes para o relacionamento entre o Governo e o Parlamento, felicitando o Governo pelo respeito demonstrado no cumprimento dos requisitos que ao Executivo compete.

Saudo, pois, o Governo, por ter entregue e ter submetido o seu Programa à apreciação do Parlamento, no decurso do prazo que a Constituição nos impõe.

Apludo o Governo, pela selecção dos assuntos que fez, para compor o seu Programa, colocando no centro das suas preocupações medidas que visam melhorar as condições de vida das pessoas.

O Programa aponta as vias que o Governo seguirá.

É verdade, não adianta dizer-se que a situação do País está bem, ou que está melhor do que era, antes de 2014, como também, é verdade, não adianta dizer-se que o discurso do Governo é a continuação do discurso de campanha eleitoral dos partidos que o sustentam.

Por outro lado, estando traçadas as vias a seguir, pouco importa repisar-se, por excesso, as debilidades já apontadas e de todos muito bem conhecidas. Conhecemos as potencialidades do nosso país e, por isso, estamos imbuídos de um grande optimismo. Acreditamos e sabemos que o Governo também acredita na viabilidade deste País. O Programa, por isso, vem eleger os sectores e desenhar as medidas que o Governo tem por principais para melhorar a vida das pessoas. O que está em causa é corrigir o que está mal e melhorar o que está menos mal.

É evidente a preocupação pela equidade, para a correção das disparidades, combatendo os fenómenos desviantes, geradores de excessivas desigualdades, como a corrupção e as negligências no cumprimento dos preceitos legais.

É manifesto o cuidado para o relacionamento mais directo e mais fácil entre os cidadãos e os poderes, nos sectores político, judiciário e administrativo; tornar mais directa a representação dos cidadãos, desburocratizar para aproximar a Administração do utente e acelerar o processo de decisão e colocar o órgão judiciário em bons patamares, para o desempenho de uma justiça mais justa e, consequentemente, mais aceitável pelos interessados e pelo conjunto dos cidadãos.

Nos planos económico e social, o Programa aponta para um modelo favorável ao crescimento da economia, privilegiando a prestação de serviços e perspectivando resultados benéficos na criação do emprego, na elevação da educação para níveis de excelência, numa fiscalidade menos pesada e mais estimulante do investimento, numa juventude mais empenhada, mais alegre e mais disponível, para se envolver no processo de desenvolvimento nacional, num serviço de saúde com qualidade melhorada e numa protecção social mais solidária.

A aprovação do Programa abre uma outra fase nas relações entre o Governo e o Parlamento. É a fase em que os Deputados controlam o desempenho do Executivo governamental.

O Programa ora aprovado, seguramente, inspirará os conteúdos do Orçamento do Estado e das Grandes Opções do Plano. Juntamente com o Programa do Governo, estes são os instrumentos que

servirão para o exercício do controlo do desempenho governamental. Desempenho e controlo. O desempenho permite a eficácia do conjunto. Se exercidos correctamente, geram a unidade e harmonia do sistema, sendo que, a seu tempo, os eleitores sentirão por aí a satisfação, com as condições para a satisfação das suas expectativas. O contrário do correcto exercício do desempenho e do controlo será sinal de desequilíbrios, dando lugar, em última instância, aos juízos que, a seu tempo, os eleitores também serão chamados a formular.

Muito obrigado pela vossa atenção!

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

De acordo com a sequência das intervenções, convido o Sr. Primeiro-Ministro, para fazer...

Risos gerais.

O Sr. Presidente: — Peço perdão! Antes, vamos ouvir a intervenção do Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. Danilson Cotú (Coligação do PCD/MDFM-UDD): — Sua santidade!

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Que Deus nos ouça nas boas intenções. Um dia, chegarei à santidade...

Risos.

O Sr. Aérton do Rosário (MLSTP/PSD):— Foste corrido de lá.

O Sr. Abnildo d' Oliveira (ADI): — Os santos são ou foram homens normais. Portanto, cometem erros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros: Estamos a chegar ao fim de mais um exercício, que é a apreciação do Programa do Governo.

Não houve nenhuma apresentação de moção, pelo que não se vai votar.

Na opinião do Grupo Parlamentar do ADI, nós aqui apreciamos um Programa que não se baseou na real situação do País, tendo em conta que, ainda na semana passada, o Governo fez aqui uma radiografia sobre o Estado da Nação e fez questão de sublinhar que não estava ainda na posse de todos os elementos, todos os dados, pelo que a resposta deste Programa para perspectivar o futuro do País não baseou na real situação do País.

É um Programa também com muitas acções, na nossa perspectiva, se calhar, na sua maioria, de continuidade e que traz algumas acções novas e algumas delas irrealizáveis. Por via disso, o nosso Grupo Parlamentar dá o benefício de dúvida a este Programa.

Esperamos expectantes e nos juntamos à maioria do povo sâo-tomense, que espera com toda a ansiedade, com toda a expectativa, os resultados deste Programa, não obstante o tamanho e o peso da responsabilidade que o Governo tem.

Portanto, reiteramos, também nós, essa expectativa, para que haja resultados e, como sempre dissemos, tudo o que for feito em benefício do povo sâo-tomense encontrará, da nossa parte, o merecido reconhecimento.

Obrigado.

Aplausos do ADI.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Líder Parlamentar do ADI.

Agora, sim, convido o Sr. Primeiro-Ministro, para proceder à sua declaração de encerramento.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados: Estamos nesta fase derradeira, depois de um debate bastante aturado, no sentido de buscarmos, em conjunto, soluções para São Tomé e Príncipe.

Este Governo não tem a veleidade de querer resolver, sozinho, os problemas, porque, de facto, São Tomé e Príncipe precisa de todos os seus filhos, da inclusão de todas as competências, internas e ao nível da diáspora. Isso mesmo é prova do *slogan* que utilizámos durante a campanha eleitoral: queremos construir um São Tomé e Príncipe para todos! E o Programa do Governo alinha-se sob o mesmo diapasão. O Programa do Governo é um instrumento indispensável para o acto de governação e para a assunção de medidas de política. Naturalmente, este Programa, depois da discussão sobre o Estado da Nação, em que fizemos a radiografia do que vimos, no momento em que vimos, trouxemos, enfim, a manifestação da vontade política de querer fazer, de querer buscar soluções, para começarmos a resolver paulatinamente os problemas que são ingentes e que muitos deles ultrapassam os limites duma legislatura. Problemas de

curto prazo, eu diria, problemas de agora, hoje e já, alguns já começaram a ser resolvidos, as emergências, outros, como eu disse, de curto e longo prazo.

Naturalmente, enquanto resolvemos o que é para hoje, vamos ter que dar início àqueles que vão ultrapassar a legislatura e, naturalmente, chegaremos lá onde for possível, e outros continuarão, porque, São Tomé e Príncipe não acaba com este Governo. Naturalmente que vamos dar o nosso melhor, para consertar aquilo que está menos bem e trabalharmos no sentido de melhorar aquilo que encontramos correctamente feito.

Eu não vou alongar muito, porque estamos na quadra festiva de final do ano, novo ano, nova vida, novas perspectivas.

Acho que temos o direito de sonhar. É chegado a hora de, juntos, começarmos a construir um São Tomé e Príncipe diferente, com uma nova forma de fazer política. Estamos condenados a nos entendermos. Portanto, afinal de contas, muita coisa pode nos separar, mas eu acredito que uma coisa nos une: queremos o melhor para São Tomé e Príncipe, porque não temos para onde ir.

Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

Com esta intervenção, damos por fim o debate sobre a aprovação do Programa do Governo. Quero aproveitar a oportunidade para submeter ao Plenário uma proposta, para reunirmos amanhã, aproveitando, assim, a presença dos Deputados do Príncipe, antes da quadra festiva. A reunião de amanhã será para apreciar algumas questões que foram submetidas à Mesa da Assembleia e analisadas na Conferência de Líderes, sendo que os Srs. Deputados receberão a convocatória, nos respectivos Grupos Parlamentares, ainda esta tarde e os documentos serão distribuídos em folhas avulsas.

Quero felicitar o Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, por ter mais um instrumento de governação, aprovado por esta augusta Assembleia, cabendo às Sras. e os Srs. Deputados, de acordo com o Regimento e as leis, fazer o seguimento das ações previstas neste Programa.

Aguardamos com muita ansiedade o Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico 2019 e as Grandes Opções do Plano, para que o Governo possa ter mais um instrumento para o cumprimento das promessas e também das necessidades, sobretudo, da população.

Mais uma vez, felicitamos o Governo. Tenha boa sorte!

Com esta intervenção, declaro encerrada a sessão.

Eram 15 horas e 30 minutos.